Universidade de Brasília
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas
Departamento de Administração
Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal

SANDRA KALMUS

A DIMENSÃO RECURSOS CULTURAIS E NATURAIS NA NOVA METODOLOGIA DE CATEGORIZAÇÃO DO MAPA DO TURISMO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE APLICADA AOS MUNICÍPIOS MINEIROS DA ESTRADA REAL

Brasília – DF
2026

Universidade de Brasília
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas
Departamento de Administração
Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal

SANDRA KALMUS

A DIMENSÃO RECURSOS CULTURAIS E NATURAIS NA NOVA METODOLOGIA DE CATEGORIZAÇÃO DO MAPA DO TURISMO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE APLICADA AOS MUNICÍPIOS MINEIROS DA ESTRADA REAL

Monografia apresentada ao Departamento de Administração como requisito parcial à obtenção do certificado de especialista em Gestão Pública Municipal

Professor Orientador: Dr. Paulo Ricardo da Costa Reis

Brasília – DF
2026

Universidade de Brasília
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas
Departamento de Administração
Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal

SANDRA KALMUS

A DIMENSÃO RECURSOS CULTURAIS E NATURAIS NA NOVA METODOLOGIA DE CATEGORIZAÇÃO DO MAPA DO TURISMO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE APLICADA AOS MUNICÍPIOS MINEIROS DA ESTRADA REAL

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de Administração da Universidade de Brasília da aluna

SANDRA KALMUS

Dr. Paulo Ricardo da Costa Reis

Professor-Orientador

Profa. Fernanda Cristina da Silva

Professor-Examinador

Brasília, 26 de Junho de 2026

RESUMO

Esta pesquisa analisa se a nova metodologia de categorização do Mapa do Turismo Brasileiro, representa adequadamente o perfil turístico dos municípios mineiros da Estrada Real, com foco na dimensão Recursos Culturais e Naturais (RCN). A rota reúne 168 localidades em MG, com turismo predominantemente histórico-cultural. A pesquisa é descritivo-exploratória, de abordagem qualitativo-quantitativa, e utiliza como fontes os Relatórios Categorização do MTur/SISMAPA, consulta formal ao MTur, documentos normativos, a Lei n.º 14.698/2023 e literatura acadêmica. A dimensão RCN é composta pelos indicadores: Densidade de Praias, Densidade de Patrimônios Culturais, Densidade de Montanhas/Picos e Área de Conservação Ambiental. Os resultados revelam três distorções estruturais: o indicador Densidade de Praias, registra valor zero para 96% dos municípios; o indicador Densidade de Patrimônios Culturais apresenta dois problemas: registra zero para 79% dos municípios em razão da subcobertura do *OpenStreetMap* (OSM), e, por mensurar a densidade por mil km² penaliza municípios de maior extensão territorial. Como consequência, os scores da dimensão passam a ser determinados pelos indicadores de Área de Conservação Ambiental e Densidade de Montanhas/Picos, produzindo uma inversão categorial: municípios classificados como Oferta Turística Complementar superam no ranking Municípios Turísticos, na dimensão destinada à avaliação dos atrativos turísticos. Conclui-se que a dimensão RCN não representa adequadamente o patrimônio histórico-cultural da Estrada Real e propõe recomendações de aprimoramento metodológico, incluindo a substituição ou complementação do OSM por fontes oficiais, a revisão dos pesos para territórios com características turísticas específicas, e o reconhecimento da Estrada Real como Região Turística no sistema do Mapa do Turismo Brasileiro.

Palavras-chave: Mapa do Turismo Brasileiro. Categorização. Recursos Culturais e Naturais. Estrada Real. Patrimônio histórico-cultural. *OpenStreetMap*.

ABSTRACT

This research analyzes the extent to which the new categorization methodology of the Brazilian Tourism Map adequately represents the tourism profile of the municipalities of Minas Gerais along the Estrada Real (Royal Road), focusing on the Cultural and Natural Resources (CNR) dimension. The route encompasses 168 locations in Minas Gerais, with predominantly historical and cultural tourism. The research is descriptive-exploratory, with a qualitative-quantitative approach, and uses data from the MTur/SISMAPA Categorization Reports as a source. The CNR dimension is composed of the following indicators: Beach Density, Cultural Heritage Density, Mountain/Peak Density, and Environmental Conservation Area. The results reveal three structural distortions: the Beach Density indicator registers a value of zero for 96% of the municipalities; The Cultural Heritage Density indicator presents two problems: it registers zero for 79% of municipalities due to the undercoverage of *OpenStreetMap* (OSM), and, by measuring density per thousand km², it penalizes municipalities with larger territorial extensions. As a consequence, the scores for this dimension are determined by the indicators of Environmental Conservation Area and Mountain/Peak Density, producing a categorical inversion: municipalities classified as Complementary Tourist Offerings outperform Tourist Municipalities in the dimension intended for the evaluation of tourist attractions. It is concluded that the CNR dimension does not adequately represent the historical and cultural heritage of the Estrada Real and proposes recommendations for methodological improvement, including the replacement or supplementation of OSM with official sources, the revision of weights for territories with specific tourist characteristics, and the recognition of the Estrada Real as a Tourist Region in the Brazilian Tourism Map system.

Keywords: Brazilian Tourism Map. Categorization. Cultural and Natural Resources. Estrada Real. Historical-cultural heritage. OpenStreetMap

INDICE DE FIGURAS E QUADROS

APÊNDICE A – E-MAIL DO MINISTÉRIO DO TURISMO SOBRE METODOLOGIA DE CATEGORIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS TURÍSTICOS 55
APÊNDICE B – RANKING DOS MUNICÍPIOS MINEIROS DA ESTRADA REAL POR RECURSOS CULTURAIS E NATURAIS 63
APÊNDICE C – E-MAIL DO IPEA SOBRE METODOLOGIA DA DIMENSÃO RECURSOS CULTURAIS E NATURAIS 68
APÊNDICE D – BASE DE DADOS COMPLETA DOS MUNICÍPIOS MINEIROS DA ESTRADA REAL POR RECURSOS CULTURAIS E NATURAIS 69

Figura 1 - SISTUR: Sistema de Turismo, Modelo Referencial. 13
Figura 2 - O ecossistema do turismo e seus campos estruturantes 15
Figura 3 - Pesos das dez dimensões temáticas da metodologia de categorização 20
Figura 4 - Distribuição das localidades mineiras da Estrada Real por categoria no Mapa do Turismo Brasileiro (n=168) 38
Figura 5 - Top 30 municípios mineiros da Estrada Real por score da dimensão RCN 41
Figura 6 - Indicador Densidade de Praias, localidades mineiras da Estrada Real (n=168) 42
Figura 7 - Conservação Ambiental, Montanhas/Picos e Patrimônio Cultural, Top 30 municípios mineiros da Estrada Real por score RCN 44
Figura 8 - Indicador Densidade de Patrimônios Culturais, municípios mineiros da Estrada Real (n=145) 45
Figura 9 - Comparação do Indicador Densidade de Patrimônios Culturais e área do município 46
Figura 10 - Comparação dos indicadores da dimensão RCN para municípios selecionados (MG) 46

Quadro 1 - Resumo do método de pesquisa 37

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 8

1.1 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA 9

1.2 OBJETIVO GERAL 10

1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS 10

1.4 JUSTIFICATIVA 11

2 REFERENCIAL TEÓRICO 12

2.1 TURISMO COMO SISTEMA E FENÔMENO COMPLEXO 12

2.2 INFORMAÇÃO TURÍSTICA E INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA 16

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NO BRASIL: REGIONALIZAÇÃO, CIRCUITOS E O MAPA DO TURISMO BRASILEIRO 20

2.4 INDICADORES DE TURISMO E OS RISCOS DA MENSURAÇÃO EM ESCALA NACIONAL 26

2.5 A ESTRADA REAL COMO TERRITÓRIO TURÍSTICO: ATRATIVOS, IDENTIDADE E INSERÇÃO NO SISTEMA NACIONAL DE TURISMO 28

3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA 32

3.1 TIPO E DESCRIÇÃO GERAL DA PESQUISA 32

3.2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA LÓCUS DO ESTUDO 33

3.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA DOS DADOS 34

3.4 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS 35

3.5 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS 36

4 DISCUSSÃO E RESULTADOS 38

4.1 CLASSIFICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS MINEIROS DA ESTRADA REAL NO MAPA DO TURISMO BRASILEIRO 38

4.2 ANÁLISE DA DIMENSÃO RECURSOS CULTURAIS E NATURAIS 38

4.3 O COMPORTAMENTO DOS INDICADORES NO TERRITÓRIO DA ESTRADA REAL 41

4.4 DISCUSSÃO: IMPLICAÇÕES METODOLÓGICAS, DE POLÍTICA PÚBLICA E RECOMENDAÇÕES 47

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 50

REFERÊNCIAS 52

1. INTRODUÇÃO

O turismo constitui-se como fenômeno social, econômico e cultural capaz de dinamizar territórios, gerar emprego e renda e contribuir para a valorização do patrimônio histórico, cultural e ambiental (BENI, 2019). No Brasil, a organização da atividade turística ganhou contornos institucionais mais definidos a partir da criação do Ministério do Turismo em 2003, da implantação do Programa de Regionalização do Turismo em 2004 e da publicação do Mapa do Turismo Brasileiro, a partir de 2013, instrumento que orienta a formulação de políticas públicas e a priorização de investimentos no setor. Em 2025, o Ministério do Turismo, em parceria com o IPEA, reformulou a metodologia[1] de categorização dos municípios do Mapa, ampliando-a para 70 variáveis organizadas em dez dimensões temáticas e substituindo as categorias A-E por três categorias: Município Turístico, Oferta Turística Complementar e Apoio ao Turismo. A aplicação dessa metodologia ao território da Estrada Real, rota instituída como monumento nacional pela Lei Federal n.º 14.698/2023, com 182 localidades em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, revela assimetrias nos resultados da dimensão Recursos Culturais e Naturais que motivaram a presente investigação, como o caso de Ouro Preto, detalhado a seguir.

Esta pesquisa partiu de uma constatação empírica aparentemente paradoxal: Ouro Preto, Patrimônio Mundial da UNESCO e um dos principais polos turísticos da Estrada Real, obtém score inferior ao de nove municípios classificados como Oferta Turística Complementar na dimensão Recursos Culturais e Naturais da nova metodologia de categorização do Mapa do Turismo Brasileiro. Dado o caráter recente da metodologia, a crítica acadêmica ainda é escassa. Sousa e Moesch (2026) argumentam que a categorização, centrada no binômio mercado-burocracia, reduz o turismo a uma lógica de oferta e demanda (SOUSA; MOESCH, 2026, p. 9), propondo em seu lugar um modelo fundamentado nos quatro campos interdependentes de

[1] *Nota 1: Desde 2013, a categorização anterior classificava os municípios em cinco categorias (de A, a mais bem categorizada, a E), com base em seis critérios: existência de estabelecimentos hoteleiros, geração de empregos no setor, quantitativo de turistas domésticos e estrangeiros, arrecadação de impostos federais do setor hoteleiro e existência de Conselho Municipal de Turismo ativo (CHEMIN; FILIPPIM; ABRAHÃO, 2021 apud SOUSA; MOESCH, 2026, p. 3).*

Moesch (2023 apud SOUSA; MOESCH, 2026, p. 4), o econômico, o cultural, o antropológico e o espacial. Segundo os autores, "esses campos podem ser incorporados ao campo epistemológico das políticas de turismo, de modo a esmiuçarem e possibilitarem a constituição de novas categorizações a partir deles" (SOUSA; MOESCH, 2026, p. 4). Trata-se de propor uma nova abordagem classificatória para os municípios turísticos brasileiros; esta pesquisa opera em outro nível, demonstrando que, mesmo aceitos os critérios já adotados pelo MTur/IPEA para a dimensão Recursos Culturais e Naturais, a formulação específica do índice não mede efetivamente atrativos turísticos.

1.1. FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

A dimensão Recursos Culturais e Naturais da nova metodologia de categorização dos municípios utiliza Densidade de Patrimônios Culturais, Área de Conservação Ambiental, Densidade de Praias e Densidade de Montanhas como indicadores e utiliza o *OpenStreetMap* (OSM) e dados do MMA/ICMBio como fontes únicas, conforme confirmado pelo IPEA (OLIVEIRA, 2026, comunicação eletrônica, Apêndice C). Para a maioria dos municípios mineiros da Estrada Real, território serrano e de interior continental, o indicador de maior peso da dimensão, Densidade de Praias, registra valor zero. O indicador de Densidade de Patrimônios Culturais registra zero para 79% dos municípios mineiros com dados disponíveis, porque seus atrativos não estão cadastrados no OSM. Mesmo para municípios com patrimônio registrado, como Ouro Preto, o peso reduzido do indicador (27%) combinado com a fórmula de densidade por área municipal limita sua contribuição ao score final. Como consequência, os resultados da dimensão passam a ser determinados pelos indicadores de Área de Conservação Ambiental e Densidade de Montanhas/Picos, e não pelo patrimônio histórico-cultural que caracteriza o território. Sousa e Silva (2025) demonstram que a categorização tende a reproduzir desigualdades, concentrando recursos nos destinos já consolidados, desigualdade que se torna concreta na medida em que a inclusão no Mapa condiciona o acesso a pelo menos 90% dos recursos federais destinados ao turismo, conforme detalhado na Justificativa (seção 1.4). Diante desse cenário, o problema de pesquisa é: a nova metodologia de categorização do Mapa do

Turismo Brasileiro representa adequadamente o perfil turístico dos municípios mineiros da Estrada Real, considerando as características dos indicadores utilizados na dimensão Recursos Culturais e Naturais?

1.2. OBJETIVO GERAL

Analisar se a nova metodologia de categorização do Mapa do Turismo Brasileiro representa adequadamente o perfil turístico de municípios com patrimônio histórico-cultural, com foco na dimensão Recursos Culturais e Naturais, utilizando os municípios da Estrada Real como lócus de investigação.

1.3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

a) Apresentar a metodologia de construção da dimensão Recursos Culturais e Naturais, com base nas informações fornecidas pelo Ministério do Turismo e pelo IPEA;

b) Caracterizar os indicadores e os critérios de ponderação utilizados na dimensão Recursos Culturais e Naturais da nova metodologia de categorização do Mapa do Turismo Brasileiro e sua aderência ao perfil do território da Estrada Real;

c) Mapear a distribuição dos scores da dimensão Recursos Culturais e Naturais entre os municípios da Estrada Real, relacionando os resultados aos quatro indicadores que compõem a dimensão;

d) Analisar o comportamento dos indicadores da dimensão Recursos Culturais e Naturais no contexto territorial da Estrada Real: Densidade de Patrimônios Culturais, Densidade de Praias, Área de Conservação Ambiental e Densidade de Montanhas/Picos;

e) Discutir os limites e as possibilidades da nova metodologia de categorização como instrumento de política pública para territórios turísticos com patrimônio histórico-cultural e formular recomendações para o aprimoramento dos indicadores da dimensão Recursos Culturais e Naturais.

1.4. JUSTIFICATIVA

A categorização dos municípios no Mapa do Turismo Brasileiro constitui instrumento estratégico com impacto direto na distribuição de recursos públicos federais para o turismo, a Portaria MTur n.º 6/2025 prevê que pelo menos 90% dos recursos sejam direcionados a municípios integrantes do Mapa. Nesse contexto, a adequação dos indicadores utilizados é condição para que territórios com patrimônio histórico-cultural relevante, como os municípios da Estrada Real, tenham esse patrimônio corretamente refletido na pontuação da dimensão Recursos Culturais e Naturais, viabilizando o acesso aos recursos e políticas correspondentes. Sousa e Moesch (2026, p. 3-4), em crítica à lógica de hierarquização da metodologia, observam que:

> A categorização estabelece uma hierarquia funcional no território, orientando estratégias diferenciadas de atuação estatal e reforçando a concentração de investimentos nos estratos superiores, uma vez que a maior parte dos recursos federais continua destinada aos municípios mais bem classificados.

Nesse sentido, uma classificação equivocada, que posicione um município em categoria inferior à que seu patrimônio turístico efetivamente corresponderia, reduz sua prioridade de acesso a esses investimentos.

A pesquisa justifica-se pela relevância prática desse problema, e pela contribuição ao debate sobre os limites dos instrumentos nacionais de mensuração turística para territórios com patrimônio histórico-cultural. Os resultados podem subsidiar revisões metodológicas futuras e ampliar a visibilidade dos municípios menores nos instrumentos de política pública de turismo, considerando que a classificação leva em conta dez dimensões distintas, detalhadas no Referencial Teórico, das quais apenas a dimensão Recursos Culturais e Naturais avalia diretamente o patrimônio turístico do território. No plano teórico, a pesquisa contribui para o debate sobre inventário turístico e invisibilidade estatística de territórios não cadastrados nas bases de dados oficiais, tema desenvolvido na seção 2.2.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

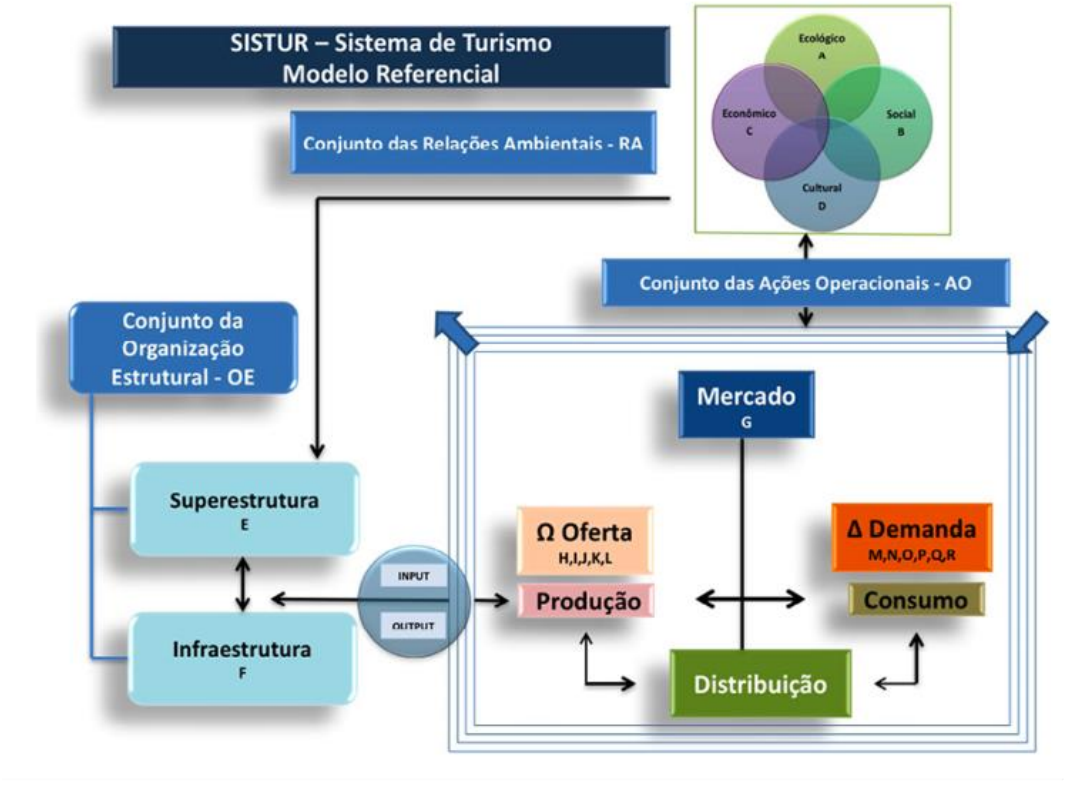
2.1. TURISMO COMO SISTEMA E FENÔMENO COMPLEXO

O turismo, como resultado do somatório de recursos naturais do meio ambiente, culturais, sociais e econômicos, tem campo de estudo "superabrangente, complexíssimo e pluricausal" (BENI, 2019, p. 21), sendo necessário um quadro referencial flexível e adaptável que "integre toda essa colossal complexidade e a represente por inteiro em suas combinações" (BENI, 2019, p. 21).

A tentativa de reduzir essa complexidade a um modelo analítico operacional levou Beni (2019) a propor o Sistema de Turismo, o SISTUR, elaborado a partir da Teoria Geral de Sistemas. O SISTUR organiza a atividade turística em três grandes conjuntos: o das relações ambientais, o da organização estrutural e o das ações operacionais, bem como seus componentes básicos e as funções primárias atuantes em cada um dos conjuntos e em interação no sistema total (BENI, 2019, p. 86). Cada componente desses três conjuntos pode ser considerado um subsistema em si, já que apresenta funções próprias e específicas, assumindo características individualizadas (BENI, 2019, p. 87).

A Figura 1 ilustra o modelo referencial do SISTUR, organizado em três conjuntos interdependentes: as Relações Ambientais (ecológico, econômico, social e cultural), a Organização Estrutural (superestrutura e infraestrutura) e as Ações Operacionais (mercado, oferta, produção, distribuição, demanda e consumo).

Figura 1 - SISTUR: Sistema de Turismo, Modelo Referencial.



Fonte: Beni (2019, p. 86), adaptado de Beni (1988).

O conjunto das relações ambientais agrupa os subsistemas ecológico, econômico, social e cultural, elementos que configuram o entorno no qual a atividade turística se desenvolve e que exercem influência sobre sua organização e seus resultados. O conjunto da organização estrutural contempla a superestrutura e a infraestrutura que dão suporte à atividade, enquanto o conjunto das ações operacionais envolve os subsistemas de mercado, oferta, demanda, produção, distribuição e consumo. A interação contínua entre esses conjuntos é o que confere ao turismo seu caráter sistêmico, tornando necessária uma abordagem integrada que considere o fenômeno em sua totalidade (BENI, 2019, p. 84).

A adoção da perspectiva sistêmica tem implicações diretas para a pesquisa em turismo: ela exige que o objeto seja analisado em sua totalidade e em suas relações, e não apenas em um de seus componentes isolados. O turismo deve ser considerado um sistema aberto, que facilita

estudos multidisciplinares de aspectos particulares da atividade e possibilita análises interdisciplinares a partir de várias perspectivas com ponto de referência comum (BENI, 2019, p. 84). Essa abertura sistêmica é especialmente relevante para o presente estudo, que se defronta com um problema que envolve simultaneamente a dimensão da mensuração dos recursos turísticos, a estrutura das políticas públicas e as especificidades de um território histórico-cultural.

Uma contribuição fundamental para a compreensão do turismo como fenômeno social é trazida por Moesch, cuja perspectiva é incorporada por Beni (2019) ao tratar da dimensão ecológica e cultural do sistema. Para Moesch:

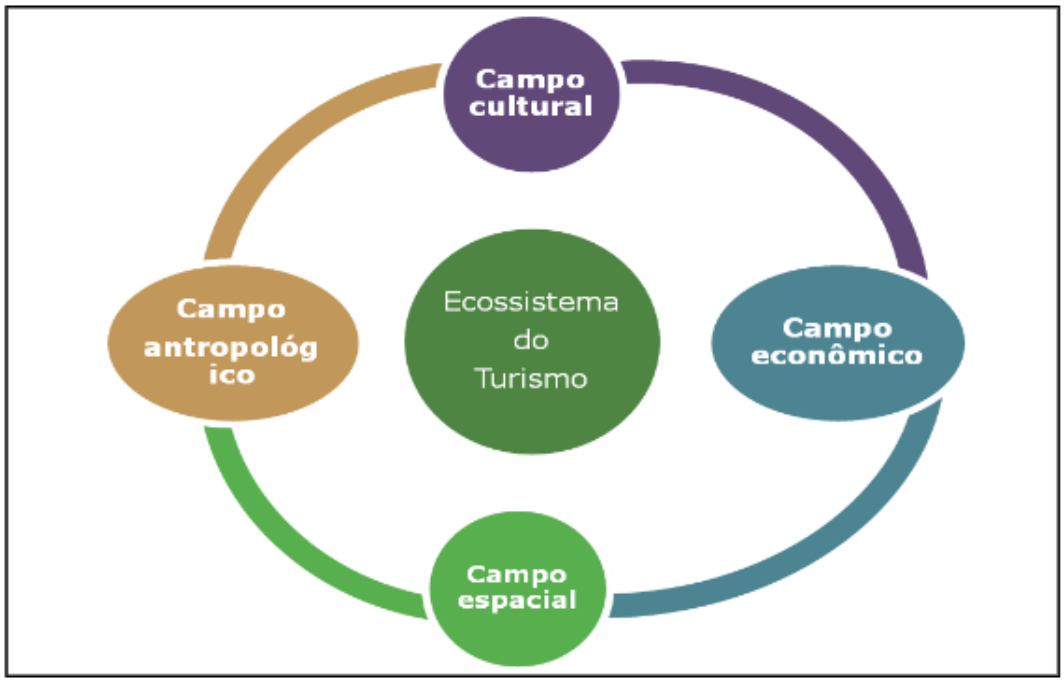
> [...] a ciência do turismo assume um estatuto ontológico porque pretende figurar no processo histórico, desde a atividade econômica industrial, de raiz cartesiana e empirista, em que a dialética e a complexidade predominam, onde portanto se reconhece a primazia do intencional e do sentido meramente econômico e produtivo. O turismo como uma ciência social tem condições de auto justificar-se cientificamente a partir de uma teorização própria, que tenha em conta o sujeito e o encontro, ou seja, o sujeito na sua totalidade e na intencionalidade para o deslocamento no ir e vir, como resposta pessoal aos apelos da transcendência humana. (MOESCH apud BENI, 2019, p. 98)

Essa perspectiva situa o turismo para além de sua expressão econômica imediata, reconhecendo-o como prática social enraizada em experiências subjetivas, culturais e territoriais.

O conceito de ecossistema turístico, atribuído a Moesch (2023 apud SOUSA; MOESCH, 2026, p. 8), representa um aprimoramento do SISTUR de Beni: mantém a compreensão do turismo como fenômeno inter-relacionado e multidimensional, propondo-o como "processo vivo, marcado por contradições, historicidade e relações de poder" (SOUSA; MOESCH, 2026, p. 7), reorganizando seus componentes em quatro campos interdependentes, o econômico, o cultural, o antropológico e o espacial, propostos como resposta crítica às limitações dos modelos tradicionais de categorização, que tendem a fragmentar o turismo em

componentes isolados, ignorando sua organicidade e dinâmica relacional (SOUSA; MOESCH, 2026, p. 8). A Figura 2 apresenta o modelo do ecossistema do turismo proposto por Moesch (2023 apud SOUSA; MOESCH, 2026, p. 8), estruturado nesses quatro campos interdependentes.

Figura 2 - O ecossistema do turismo e seus campos estruturantes



Fonte: Sousa e Moesch (2026, p. 8).

A articulação entre a abordagem sistêmica de Beni e a perspectiva de Moesch permite compreender por que a mensuração do turismo por indicadores exclusivamente econômicos tende a ser insuficiente para capturar a diversidade dos territórios turísticos. Como afirma Beni (2019, p. 218), o turismo é eminentemente um "fenômeno social" que, ao originar toda uma série de atividades, como transporte, alojamento, recreação e outras, as faz gerar efeitos no meio ambiente de caráter econômico, social, cultural e ecológico, o que significa que qualquer instrumento de mensuração que privilegie apenas suas manifestações econômicas formais estará, por definição, captando apenas uma parte do fenômeno.

Essa limitação torna-se ainda mais evidente quando o objeto de análise é um território como a Estrada Real, cujo turismo se estrutura em torno de ativos patrimoniais e culturais que

vão além dos indicadores econômicos formais, emprego registrado, arrecadação fiscal, fluxo contabilizado. O turismo histórico-cultural demanda, sim, infraestrutura e serviços de hospedagem, alimentação e transporte, mas sua essência está na experiência do patrimônio, da memória e da identidade territorial, dimensões que não se traduzem facilmente em registros cadastrais. A compreensão do turismo como sistema aberto e fenômeno social complexo constitui, portanto, o ponto de partida teórico indispensável para a análise crítica que este trabalho se propõe a desenvolver.

2.2. INFORMAÇÃO TURÍSTICA E INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA

A produção, organização e atualização de informações sobre a atividade turística constitui elemento central para o planejamento e a gestão do turismo em qualquer escala territorial. O funcionamento eficaz do sistema turístico pressupõe o conhecimento sistemático dos recursos que compõem a oferta de um destino: atrativos naturais e culturais, equipamentos e serviços receptivos, infraestrutura de acesso e de apoio. Sem esse conhecimento organizado, a tomada de decisão na política pública de turismo opera sobre dados incompletos ou desatualizados, comprometendo a validade dos diagnósticos e a eficiência dos investimentos.

No âmbito do SISTUR, os atrativos turísticos são definidos por Beni (2019, p. 693) como "todo lugar, objeto ou acontecimento de interesse turístico que motiva o deslocamento de grupos humanos para conhecê-los". O autor distingue, dentro da oferta turística, os elementos que constituem a oferta original, os atrativos primários, dos que compõem a oferta agregada, formada pelos serviços e equipamentos que se organizam em torno desses atrativos. Os elementos turísticos primários, que constituem a oferta original de um país, "são atrativos que provêm quer da natureza, quer dos legados histórico-culturais" (BENI, 2019, p. 388). Essa distinção é relevante para o presente estudo porque a dimensão Recursos Culturais e Naturais da metodologia de categorização do MTUR; IPEA se propõe a mensurar exatamente essa camada da oferta, os atrativos que motivam o deslocamento e fundamentam o produto turístico.

O instrumento por excelência para o levantamento sistemático desses elementos é o inventário da oferta turística. Para Beni (2019, p. 877), o inventário "produz uma nova representação do inventário do patrimônio natural e cultural do país ou da região a partir de uma visão dos atrativos de turismo", tendo como objetivo "proporcionar a informação básica para o desenvolvimento e promoção do turismo". A realização sistemática de inventários permite ainda dispor de dados confiáveis sobre a quantidade e a distribuição geográfica do patrimônio turístico, condição necessária para diagnósticos territoriais confiáveis.

A relevância do inventário para a política pública de turismo no Brasil foi reconhecida desde as primeiras iniciativas de organização da atividade em escala nacional. Beni (2019, p. 237) observa que o modelo presumia o conhecimento prévio do espaço turístico nacional, o que levaria o programa do Relatório do Inventário Turístico Nacional (RINTUR) a ser a primeira providência tomada, mas isso não foi feito, queimou-se essa primeira etapa, e muitos municípios se auto apresentaram como vocacionados para o turismo sem que suas características turísticas tivessem sido previamente inventariadas e analisadas. Essa crítica permanece atual: a ausência ou desatualização dos inventários municipais continua a comprometer a qualidade das informações que alimentam os instrumentos de política pública de turismo, incluindo a metodologia de categorização do Mapa do Turismo Brasileiro.

O problema não é apenas de escassez de dados, mas de qualidade e cobertura das fontes utilizadas. A nova metodologia de categorização do MTUR; IPEA (2025) utilizou o *OpenStreetMap* (OSM) para o georreferenciamento de pontos turísticos e infraestrutura de lazer que compõem a dimensão Recursos Culturais e Naturais, conforme informado pela Coordenação do Programa de Regionalização do Turismo do MTur (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2026). O OSM é uma base colaborativa de natureza aberta cuja abrangência e qualidade das anotações são heterogêneas entre diferentes localizações geográficas, com áreas urbanas sendo atualizadas com mais regularidade do que áreas rurais (VARGAS-MUÑOZ et

al., 2021). Conforme Medeiros (2017, p. 1), em ferramentas colaborativas como o OSM, 90% dos usuários apenas consomem o serviço, 9% colaboram esporadicamente e, apenas 1% contribui ativamente, o que resulta em cobertura desigual entre territórios.

Essa dinâmica reproduz, em escala metodológica, um problema estrutural da política pública de turismo no Brasil: o que não está inventariado não existe para os instrumentos de mensuração e categorização. Municípios com patrimônio histórico-cultural de reconhecida relevância, como os que compõem a rota da Estrada Real, podem obter scores baixos na dimensão Recursos Culturais e Naturais não porque seus atrativos sejam irrelevantes, mas porque esses atrativos não estão registrados nas bases de dados utilizadas pela metodologia. A informação turística, nesse sentido, não é apenas um insumo técnico para o planejamento: ela é uma condição de visibilidade institucional dos territórios turísticos nos instrumentos que definem a alocação de recursos públicos.

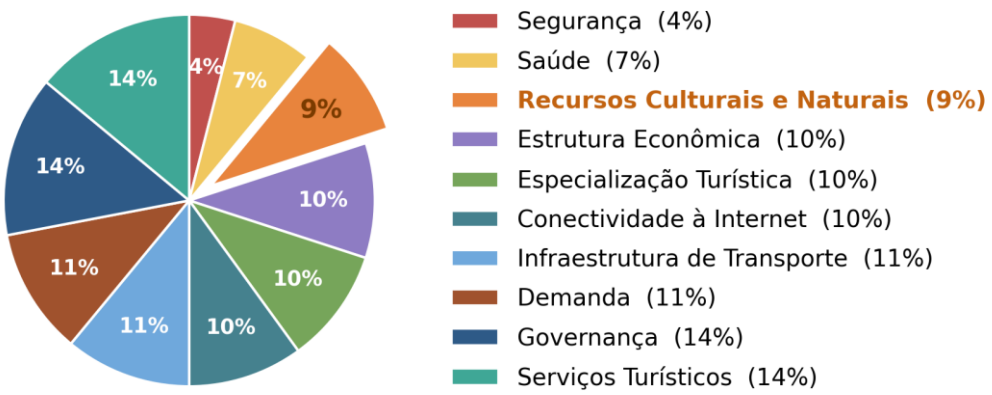
A transição metodológica observada no Brasil, do inventário realizado por pesquisa de campo para o uso de índices e bases de dados secundárias, respondeu aos custos elevados de um inventário nacional e à sua dificuldade de atualização periódica. O próprio Ministério do Turismo reconhece que foram utilizados "dados já existentes, disponíveis para todo o Brasil, que pudessem ser atualizados periodicamente e que traduzissem a economia do turismo" (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2026). Essa formulação é reveladora: o critério de seleção das fontes foi, explicitamente, a capacidade de traduzir a economia do turismo, e não o conjunto mais amplo de atrativos, potencial turístico ou identidade territorial. O Plano Nacional do Turismo 2024-2027 reforça esse olhar ao afirmar que o que se busca é "alavancar a atividade turística no Brasil, impulsionando a economia por meio da geração de emprego, renda e inclusão social" (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2024). A análise das fontes de dados utilizadas na nova metodologia MTUR; IPEA confirma esse viés: IBGE, SICONFI e RAIS medem variáveis econômicas e de emprego formal; FIPE mede fluxo e demanda turística; DATASUS,

PNAD, ANATEL e Atlas da Violência medem infraestrutura e condições de vida; apenas o *OpenStreetMap* e os dados do MMA/ICMBio se voltam para a caracterização dos atrativos turísticos propriamente ditos.

Das dez dimensões temáticas (Governança, Recursos Culturais e Naturais, Serviços Turísticos, Infraestrutura de Transporte, Estrutura Econômica, Especialização Turística, Conectividade à Internet, Segurança, Saúde e Demanda) da metodologia, portanto, a dimensão Recursos Culturais e Naturais é a única que se propõe a medir atrativos turísticos, e é exatamente essa dimensão que apresenta os limites identificados nesta pesquisa para o território da Estrada Real.

A Figura 3 apresenta a distribuição dos pesos atribuídos às dez dimensões que compõem a metodologia de categorização do Mapa do Turismo Brasileiro (MTUR; IPEA, 2025). Observa-se que os maiores pesos concentram-se nas dimensões Governança e Serviços Turísticos (14% cada), seguidas por Demanda e Infraestrutura de Transporte (11% cada), Estrutura Econômica, Especialização Turística e Conectividade à Internet (10% cada), Recursos Culturais e Naturais (9%), Saúde (7%) e Segurança (4%). Destaca-se que a dimensão Recursos Culturais e Naturais representa apenas 9% da nota final da categorização. Assim, os 91% restantes do índice são compostos por dimensões relacionadas às condições estruturais, econômicas, institucionais, de infraestrutura e de oferta de serviços, e não de atrativos turísticos.

Figura 3 - Pesos das dez dimensões temáticas da metodologia de categorização



Fonte: elaborado com base em MTUR; IPEA (2025).

Por se tratar da única dimensão voltada à mensuração de atrativos, os problemas aqui identificados, relacionados à subcobertura de bases de dados sobre patrimônio cultural e natural, não se estendem às demais nove dimensões, que mensuram fenômenos de natureza distinta (econômica, social, de infraestrutura e conectividade); investigar se essas dimensões apresentam distorções de outra natureza é questão que extrapola o escopo desta pesquisa. A Nova metodologia favorece os destinos cujas características turísticas já estão formalizadas nas bases de dados nacionais, e penaliza aqueles cujo potencial turístico ainda não foi traduzido em registros compatíveis com os indicadores utilizados. Essa assimetria informacional é uma das fontes do problema identificado neste estudo, e sua compreensão exige tanto a análise dos instrumentos de política pública que estruturam a categorização quanto o exame das especificidades do território da Estrada Real.

2.3. POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NO BRASIL: REGIONALIZAÇÃO, CIRCUITOS E O MAPA DO TURISMO BRASILEIRO

A organização da política pública de turismo no Brasil passou por transformações significativas ao longo das últimas três décadas. O ponto de partida dessa trajetória foi o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), criado em 1994, que buscou descentralizar a gestão do turismo ao colocar o município como unidade central de planejamento e desenvolvimento da atividade. A trajetória da política nacional de turismo com enfoque territorial teve início com a institucionalização do PNMT, que "permitiu a superação dos impasses advindos da ação local e o entendimento do desenvolvimento sustentável do turismo a partir do conjunto de municípios que constituem e ampliam a cadeia produtiva do setor" (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2013, p. 17). A experiência do PNMT demonstrou, contudo, que municípios isolados frequentemente ficavam à margem da implementação de políticas públicas de turismo, uma vez que os roteiros turísticos, em muitos casos, extrapolavam as fronteiras municipais (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2007, p. 19), o que abriu caminho para uma abordagem territorial mais ampla.

Com a criação do Ministério do Turismo em 2003 e o lançamento do Plano Nacional do Turismo 2003-2007, o governo federal implantou o Programa de Regionalização do Turismo (PRT) — Roteiros do Brasil, em abril de 2004, como política pública estruturante do setor. O PRT constituiu um novo paradigma para a gestão setorial, ao substituir a lógica do planejamento centrado no município isolado por uma abordagem territorial que organiza a atividade turística em regiões integradas. O programa está alicerçado sob a ótica da gestão compartilhada, deixando evidentes a participação, democratização, consensos e acordos, envolvendo multiplicidade e diversidade de entes institucionais, agentes econômicos e sociedade civil organizada (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2013). Seu objetivo geral é apoiar a gestão, estruturação e promoção do turismo no país, de forma regionalizada e descentralizada (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2013). Essa autodescrição institucional, contudo, não é isenta de contestação: Sousa e Moesch (2026, p. 4) afirmam que "a exigência de conselhos municipais

de turismo e instâncias de governança regional não avalia a efetividade desses mecanismos", já que "municípios podem cumprir formalidades sem desenvolver planejamento estratégico ou ações concretas".

As premissas do PRT, conforme definidas em seu documento de Diretrizes, são: abordagem territorial; integração e participação social; inclusão; descentralização; sustentabilidade; inovação; e competitividade. O programa organiza suas ações em oito eixos estruturantes, gestão descentralizada, planejamento e posicionamento de mercado, qualificação profissional, empreendedorismo, infraestrutura turística, informação ao turista, promoção e comercialização, e monitoramento, que "representam, de forma prática e aplicável, o próprio ciclo de desenvolvimento e produção de atividades, bens e serviços turísticos nas regiões e municípios. Por seu caráter transversal, são o ponto de equilíbrio do Programa, uma vez que possibilitam a integração e convergência das ações e esforços do Ministério do Turismo, Secretarias, Diretorias, Coordenações, às demandas dos Estados, regiões e municípios turísticos" (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2013, p. 26).

A regionalização, nesse contexto, passou a ser entendida como uma política pública que significa "olhar além do município, para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização integrada e compartilhada", propondo-se "olhar a região, e não mais o município isolado" (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2007, p. 12).

A estrutura de governança do PRT organiza-se em quatro níveis articulados. Em âmbito nacional, a coordenação é exercida pelo Ministério do Turismo por meio do Comitê Executivo do Programa de Regionalização. Nos âmbitos estadual, regional e municipal, "as estruturas da gestão pública e a cadeia produtiva do turismo, as instituições de ensino superior e as organizações da sociedade civil operam as ações executivas do Programa, apoiados pelos Interlocutores Estaduais, Interlocutores Regionais e Interlocutores Municipais do Programa de Regionalização do Turismo" (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2013, p. 25). As Instâncias de

Governança Regional (IGRs) são responsáveis pela definição de prioridades, coordenação de decisões e planejamento do desenvolvimento do turismo em cada região turística, podendo assumir, entre outros formatos, a forma de conselho, fórum ou consórcio regional de municípios (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2016, p. 6).

A avaliação participativa do PRT realizada em 2010, em parceria com o Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano (IADH), envolveu 680 questionários respondidos em todas as unidades da federação, entrevistas qualificadas com 34 atores e duas oficinas com conselheiros e interlocutores estaduais. O processo identificou como aspectos positivos o fortalecimento da gestão compartilhada, a melhoria das condições de parceria e a maior visualização de resultados. Como aspectos negativos, foram apontados descontinuidade de gestão, desarticulação interna do MTur, escassez de recursos financeiros e falhas no monitoramento e avaliação do Programa. A avaliação registrou também que as instâncias de governança regional "ainda têm um caminho a trilhar para alcançar o seu papel de articular a cooperação público-privada, ter autonomia, empoderamento e proatividade e, sobretudo, não serem tuteladas pelo setor público", e que "apenas 40% das regiões prioritárias possuem plano estratégico para o turismo" (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2011, p. 47).

No estado de Minas Gerais, a política de regionalização turística encontrou expressão específica na Política de Circuitos Turísticos, instituída originalmente pelo Decreto n.º 43.321, de 8 de maio de 2003 (revogado pelo Decreto n.º 47.687, de 26 de julho de 2019, atualmente em vigor). Os circuitos turísticos mineiros são definidos como um conjunto de municípios de uma mesma região, com afinidades culturais, sociais e econômicas, organizados para promover e desenvolver a atividade turística de forma integrada (SETUR-MG apud SILVA et al., 2008). Silva et al. (2008) investigaram os efeitos dessa política nos municípios do Circuito Turístico Parque Nacional da Serra do Cipó, identificando avanços na articulação regional, mas também, limites estruturais importantes. Os autores concluíram que "o desafio não é atuar em áreas onde

o turismo já está consolidado, mas sim nas localidades que apresentam um grande potencial turístico e que, no entanto, não conseguem se desenvolver de forma isolada" (SILVA et al., 2008, p. 239), diagnóstico que ressoa com os limites identificados na avaliação nacional do PRT.

A questão da cooperação intermunicipal nos circuitos foi aprofundada por Silva, Lima e Teixeira (2012), que constataram que, apesar de os circuitos se constituírem em espaços de cooperação, "ela ainda não é fortemente evidenciada na gestão dos circuitos, sendo caracterizada mais por condicionamentos legais" (SILVA; LIMA; TEIXEIRA, 2012, p. 16). Essa tensão, entre adesão formal e cooperação real, é estrutural nas políticas de regionalização e reaparece na avaliação nacional do PRT, que identificou fragilidades semelhantes nas IGRs. Silva et al. (2012), ao avaliarem a Política de Circuitos a partir da percepção de agentes estratégicos, documentaram ainda que "oito entrevistados consideraram que a Política tem beneficiado mais, com ações e recursos financeiros, os circuitos mais desenvolvidos, que já tinham o turismo fortalecido" (SILVA et al., 2012, p. 375), evidenciando o mecanismo de concentração de benefícios nos destinos já consolidados. Esse padrão de concentração de benefícios nos destinos já consolidados é também identificado por Sousa e Silva (2025) na análise da categorização dos municípios turísticos brasileiros, que demonstram que o instrumento tende a reproduzir desigualdades ao privilegiar indicadores de desempenho econômico formal em detrimento do potencial turístico real dos territórios.

No âmbito federal, o Mapa do Turismo Brasileiro é o instrumento instituído no âmbito do Programa de Regionalização do Turismo e que orienta a atuação do Ministério do Turismo no desenvolvimento das políticas públicas, definindo a área, o recorte territorial, que deve ser trabalhada prioritariamente pelo Ministério (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2016, p. 4). Publicado a partir de 2013, o referido Mapa passou a ser acompanhado por um sistema de categorização dos municípios, previsto como estratégia de implementação do PRT, que permite

tomar decisões mais acertadas e implementar políticas que respeitem as peculiaridades dos municípios brasileiros (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2016, p. 2).

A categorização, em sua versão original, baseava-se em quatro variáveis econômicas, emprego formal e estabelecimentos no setor de hospedagem, fluxo turístico doméstico e internacional, agrupadas por análise de cluster em cinco categorias (A a E). O próprio documento oficial reconhecia os limites desse instrumento: "é um recurso matemático no qual não se avalia potencial turístico, atratividade, potencialidade, qualidade nem demais aspectos de caráter subjetivo." (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2016, p. 2), tratando-se de um instrumento que agrupa municípios de acordo com o desempenho de suas economias do turismo. O documento reconhecia ainda que "como qualquer metodologia, a categorização é passível de críticas e de aperfeiçoamentos, que virão com o tempo, com as contribuições de todos, inclusive no sentido de melhorar os dados hoje disponíveis nacionalmente." (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2016, p. 4).

A nova metodologia de categorização do Mapa do Turismo Brasileiro, desenvolvida pelo MTur em parceria com o IPEA (2025) ampliou significativamente esse escopo, incorporando 70 indicadores organizados em dez dimensões temáticas (Governança, Recursos Culturais e Naturais, Serviços Turísticos, Infraestrutura de Transporte, Estrutura Econômica, Especialização Turística, Conectividade à Internet, Segurança, Saúde e Demanda), cada uma composta por indicadores com pesos específicos, e substitui as categorias alfanuméricas por três categorias: Município Turístico, Município com Oferta Turística Complementar e Município de Apoio ao Turismo. Essa reformulação representou um avanço conceitual relevante ao reconhecer que o desempenho turístico de um município não se reduz a seus indicadores econômicos imediatos. No entanto, como demonstram os dados da presente pesquisa, a ampliação das dimensões de análise não elimina o problema estrutural identificado tanto na avaliação do PRT quanto nos estudos sobre os circuitos mineiros: a tendência de os

instrumentos de mensuração capturarem melhor os municípios que já dispõem de dados formalizados nas bases nacionais utilizadas, RAIS, CADASTUR, OSM, enquanto aqueles com potencial turístico ainda não traduzido em registros compatíveis permanecem sub representados nos indicadores.

Esse problema é especialmente relevante para territórios como a Estrada Real, cujos municípios estão distribuídos entre diferentes regiões turísticas estaduais no sistema do MTur e cujo perfil turístico predominantemente histórico-cultural não encontra correspondência adequada nos indicadores da dimensão Recursos Culturais e Naturais, aplicados ao conjunto heterogêneo dos municípios brasileiros. O que a trajetória institucional do PRT e da categorização revela é que a tensão entre abrangência nacional e representatividade territorial é um problema recorrente nas políticas públicas de turismo no Brasil, e que a sofisticação metodológica da nova categorização, embora significativa, não resolve por si mesma esse desafio estrutural.

2.4. INDICADORES DE TURISMO E OS RISCOS DA MENSURAÇÃO EM ESCALA NACIONAL

A construção de indicadores para a mensuração da atividade turística em escala nacional enfrenta um desafio estrutural: o Brasil é um país de dimensões continentais e de enorme diversidade territorial, e qualquer metodologia que busque comparar municípios entre si precisará adotar parâmetros de referência que, por definição, refletirão mais adequadamente alguns perfis turísticos do que outros. Quando se opta pela normalização dos indicadores em relação ao conjunto nacional de municípios, estabelece-se uma régua cujos extremos são definidos pelos casos mais e menos expressivos do país inteiro, e os municípios são avaliados em relação a essa régua, não em relação às características do território em que se inserem.

Um segundo desafio, igualmente estrutural, diz respeito à distinção entre quantidade e qualidade. Os indicadores utilizados na categorização, tanto na versão original quanto na nova

metodologia, são essencialmente quantitativos: medem número de estabelecimentos, fluxo de visitantes, densidade de pontos registrados em bases de dados, proporção de área protegida.

A nova metodologia ampliou seu escopo ao incorporar novas dimensões, como Recursos Culturais e Naturais, mas os indicadores efetivamente utilizados continuam sendo quantitativos, e não a qualidade ou relevância dos atrativos ou significado para o território.

Há ainda um segundo plano de risco na mensuração em escala nacional: o da qualidade e da cobertura das fontes de dados utilizadas. O *OpenStreetMap (OSM)* foi utilizado para o georreferenciamento de pontos turísticos e infraestrutura de lazer que compõem a dimensão Recursos Culturais e Naturais, como discutido na seção 2.2, a baixa contribuição ativa em bases colaborativas como o OSM resulta em cobertura desigual entre Municípios. Territórios com menor capacidade institucional local, menor conectividade digital, menor recursos técnicos ou reduzida disponibilidade de equipes para atualização contínua de bases georreferenciadas tendem apresentar cobertura menos abrangente no OSM, com dados incompletos ou inexistentes, hipótese examinada no Capítulo 4 para o caso dos municípios mineiros da Estrada Real. O resultado é que a metodologia pode estar medindo a quantidade de registros OSM, e não necessariamente a quantidade ou diversidade de recursos culturais existentes no território.

Esse problema é estruturalmente semelhante ao que Beni (2019) identificou na implantação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo: a ausência de inventários prévios fez com que os instrumentos de política pública operassem sobre uma realidade turística parcialmente mapeada, favorecendo os municípios que já tinham visibilidade institucional em detrimento daqueles cujos atrativos ainda não haviam sido formalmente registrados. Na nova metodologia de categorização, o mesmo mecanismo opera por meio das bases de dados: o que não está registrado no OSM, no CADASTUR ou na RAIS não é computado no indicador, e o município é avaliado como se aquele indicador não existisse.

A consciência desses limites não invalida o uso de indicadores na política pública de turismo, pelo contrário, o monitoramento sistemático da atividade turística por meio de dados quantitativos e qualitativos é uma condição para a gestão eficaz do setor em escala nacional. O que essa análise sugere é a necessidade de que os instrumentos de mensuração sejam interpretados com atenção às suas premissas e aos seus limites de aplicabilidade, especialmente quando utilizados como critério de alocação de recursos públicos. Para territórios com características turísticas específicas, como a Estrada Real, com sua ênfase no patrimônio histórico-cultural serrano, a adequação dos indicadores utilizados é uma questão que merece investigação específica, e não apenas aplicação automática da metodologia nacional. É essa investigação que o Capítulo 4 desenvolve, a partir dos dados de categorização dos municípios mineiros da rota.

2.5. A ESTRADA REAL COMO TERRITÓRIO TURÍSTICO: ATRATIVOS, IDENTIDADE E INSERÇÃO NO SISTEMA NACIONAL DE TURISMO

A Estrada Real é considerada a maior rota turística do Brasil. Com mais de 1.630 quilômetros de extensão, atravessa os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, articulando 182 localidades em torno de caminhos históricos que remontam ao período colonial brasileiro (INSTITUTO ESTRADA REAL, [20--]). Sua origem está no século XVIII, quando a Coroa Portuguesa oficializou os percursos destinados ao transporte de ouro e diamantes das regiões de extração até os portos do litoral. Esses caminhos, Caminho dos Diamantes, Caminho Novo, Caminho Velho e Caminho do Sabarabuçu, constituem os quatro eixos estruturantes da rota e foram a base sobre a qual a Estrada Real foi reconhecida, em 2023, como monumento nacional pela Lei Federal n.º 14.698, de 19 de outubro de 2023.

Cada um dos caminhos tem características próprias. O Caminho dos Diamantes conectava a sede da Capitania, em Ouro Preto, à principal cidade de exploração de diamantes,

Diamantina. Criado para servir como um caminho mais seguro ao porto do Rio de Janeiro, principalmente porque as cargas estavam sujeitas a ataques piratas na rota marítima entre Paraty e Rio (INSTITUTO ESTRADA REAL, [20--]). O Caminho Velho, também chamado de Caminho do Ouro, foi o primeiro trajeto determinado pela Coroa Portuguesa e liga Ouro Preto a Paraty. O Caminho do Sabarabuçu, por sua vez, percorre o distrito homônimo de Ouro Preto, marcado por paisagens de montanha e pela memória do período colonial (INSTITUTO ESTRADA REAL, [20--]). Essa diversidade de percursos reflete a heterogeneidade do território: diferentes paisagens, diferentes densidades de patrimônio histórico e diferentes estágios de desenvolvimento turístico coexistem ao longo da rota.

Do ponto de vista institucional, a gestão da Estrada Real é coordenada pelo Instituto Estrada Real: "Criado em 1999, o Instituto Estrada Real tem como objetivo organizar, fomentar e gerenciar o produto turístico Estrada Real", estando "ligado ao Sistema FIEMG" (INSTITUTO ESTRADA REAL, [20--]). Essa estrutura de governança privada é relevante para compreender um aspecto fundamental da Estrada Real em relação ao sistema de políticas públicas de turismo no Brasil: a rota não é classificada como Região Turística no âmbito do Mapa do Turismo Brasileiro. Conforme esclarecido pela Coordenação do Programa de Regionalização do Turismo do Ministério do Turismo, em resposta institucional de 15 de abril de 2026, a Estrada Real é caracterizada como roteiro/itinerário turístico que abrange diversos estados e municípios, e não como uma região turística administrativa cadastrada no sistema, sendo que seus municípios estão vinculados a diferentes regiões turísticas estaduais formalmente instituídas.

Essa distinção tem consequências metodológicas diretas para o presente estudo. Ao analisar os municípios da Estrada Real no contexto da categorização do Mapa do Turismo Brasileiro, esta pesquisa realiza um recorte analítico próprio, definido pela lista de municípios estabelecida no Art. 1.º da Lei n.º 14.698/2023, e não um recorte reconhecido institucionalmente

pelo sistema do MTur. Os municípios que integram a rota não são avaliados em conjunto pelo instrumento de categorização; cada um é avaliado individualmente, inserido na região turística estadual à qual está administrativamente vinculado. O recorte analítico adotado nesta pesquisa permite, portanto, observar como um conjunto de municípios com identidade territorial e histórica compartilhada é tratado por um instrumento que não reconhece essa identidade como unidade de análise.

Os atrativos turísticos da Estrada Real são, em sua essência, de natureza histórico-cultural. O território concentra um conjunto expressivo de cidades históricas tombadas, arquitetura barroca e colonial, acervos museológicos, manifestações religiosas e festivas de tradição secular e paisagens serranas que integram esse patrimônio cultural de forma indissociável. Ouro Preto, inscrita na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO desde 1980, e Diamantina, reconhecida pela mesma instituição desde 1999, constituem os casos mais emblemáticos. Como observa Beni (2019, p. 184), "o redespertar para a cultura e para o turismo cultural como fenômeno mundial tem sido provocado principalmente pelo crescimento econômico do segmento cultural [...]. Revalorizam-se as chamadas 'cidades das artes', como as do barroco mineiro e as do litoral baiano, além dos tradicionais centros artístico-culturais europeus".

A diversidade de atrativos da rota, contudo, não se limita ao patrimônio edificado. O Instituto Estrada Real organiza a experiência turística em três grandes eixos temáticos, história, gastronomia e natureza (INSTITUTO ESTRADA REAL, [20--]), o que evidencia a multidimensionalidade do produto turístico oferecido pelo território. Essa combinação de patrimônio histórico-cultural, paisagem natural e cultura viva constitui, ao mesmo tempo, a maior riqueza da Estrada Real e um desafio para os instrumentos que tentam mensurá-la: parte significativa de seu valor turístico reside em atributos qualitativos, autenticidade, atmosfera histórica, memória coletiva, que não se traduzem facilmente em dados cadastrais formais.

A heterogeneidade interna do território é outro traço estrutural relevante: as 168 localidades mineiras que integram a rota apresentam perfis turísticos muito distintos entre si, como evidencia a distribuição das categorias apresentada na seção 4.1, variando de destinos consolidados com décadas de fluxo e infraestrutura especializada a pequenos municípios cujos atrativos turísticos, existentes ou não, carecem de registro nas bases de dados nacionais utilizadas pela metodologia.

3. MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

A pesquisa foi operacionalizada por meio de três fontes principais: os Relatórios Individuais de Categorização do MTur/SISMAPA, que forneceram os dados quantitativos dos scores; os documentos normativos e as comunicações institucionais do Ministério do Turismo, que fundamentaram a análise metodológica; e a literatura acadêmica sobre políticas públicas de turismo no Brasil, que orientou o referencial teórico. O estudo analisa em que medida a nova metodologia de categorização do MTUR; IPEA (2025) representa adequadamente o potencial turístico dos municípios mineiros que integram a Estrada Real, com foco na dimensão Recursos Culturais e Naturais e nas implicações metodológicas para territórios de turismo histórico-cultural.

3.1. TIPO E DESCRIÇÃO GERAL DA PESQUISA

A presente pesquisa caracteriza-se como pesquisa aplicada, uma vez que busca analisar um problema concreto da política pública de turismo, a representatividade dos indicadores de categorização do Mapa do Turismo Brasileiro para territórios de turismo histórico-cultural, com vistas a contribuir para a compreensão dos instrumentos utilizados na organização e na gestão da atividade turística no Brasil e utiliza a Estrada Real como lócus de investigação.

Quanto aos objetivos, a pesquisa classifica-se como descritivo-exploratória. É descritiva porque mapeia sistematicamente o comportamento dos indicadores da dimensão Recursos Culturais e Naturais entre as 168 localidades mineiras da Estrada Real, descrevendo distribuições, rankings e padrões de variação dos scores. É exploratória porque o problema específico investigado, a aplicação da metodologia MTUR; IPEA 2025 a um território histórico-cultural de interior, é novo e ainda não foi objeto de análise sistemática na literatura acadêmica, demandando uma abordagem investigativa que abra caminhos para estudos futuros.

Em relação aos procedimentos metodológicos, a pesquisa adota um desenho misto, combinando procedimentos qualitativos e quantitativos. A dimensão qualitativa é conduzida

por meio de análise documental simples, aplicada a documentos normativos e metodológicos do MTur, comunicações institucionais e literatura acadêmica, conforme sintetizado no Quadro 1, atendendo ao objetivo específico (a) de compreender a lógica de construção dos indicadores, os critérios de ponderação adotados e as limitações reconhecidas pelo próprio MTur na aplicação da metodologia. A dimensão quantitativa é desenvolvida por meio da análise dos scores da dimensão Recursos Culturais e Naturais e de seus indicadores para os municípios da Estrada Real, utilizando estatística descritiva, com apoio da ferramenta Microsoft Excel, para identificar padrões, assimetrias e casos discrepantes.

3.2. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA LÓCUS DO ESTUDO

O lócus desta pesquisa é o conjunto de localidades mineiras integrantes da Estrada Real, rota histórica instituída como monumento nacional pela Lei Federal n.º 14.698, de 19 de outubro de 2023. A rota abrange 182 localidades distribuídas entre Minas Gerais (168), Rio de Janeiro (7) e São Paulo (7). A caracterização histórica, territorial e turística da rota é apresentada em detalhe na seção 2.5 deste trabalho.

O universo desta pesquisa é composto pelas 168 localidades mineiras integrantes da Estrada Real, listadas no Art. 1.º da Lei Federal n.º 14.698/2023. O recorte em Minas Gerais é justificado por critério metodológico: os municípios de Rio de Janeiro e São Paulo apresentam perfis territoriais distintos, com presença de litoral marítimo e dinâmicas turísticas que ampliariam a heterogeneidade do conjunto analisado, dificultando a identificação do problema específico investigado. É em Minas Gerais, território serrano e de interior continental, sem litoral marítimo, que o problema identificado se manifesta de forma mais evidente e sistemática. Trata-se de uma pesquisa censitária: adota-se o universo completo das 168 localidades mineiras como unidade de análise, o que é viabilizado pela disponibilidade dos dados de categorização do MTur/SISMAPA. Das 168 localidades, 145 possuem dados de score disponíveis na base consultada, sendo esse subconjunto o principal objeto da análise quantitativa. As 23 localidades

restantes não estão categorizadas no sistema do Mapa do Turismo Brasileiro e, por isso, não possuem dados de score disponíveis na base consultada. Essas localidades são identificadas pela categoria "-" na base de dados.

Conforme esclarecido pelo MTur em resposta institucional de 15 de abril de 2026, a Estrada Real é classificada como roteiro/itinerário turístico e não como Região Turística no sistema do Mapa do Turismo Brasileiro. O recorte analítico adotado, é, portanto, um recorte próprio da investigação, não um recorte institucional do MTur. Essa escolha é justificada pela coerência territorial e histórica do conjunto de municípios, que compartilham uma identidade cultural associada ao período colonial brasileiro e apresentam características turísticas predominantemente histórico-culturais.

A análise utilizou os dados sistematizados na planilha elaborada pela pesquisadora a partir dos Relatórios Individuais de Categorização do MTur/SISMAPA, que reúne os scores brutos dos quatro indicadores da dimensão Recursos Culturais e Naturais, Densidade de Patrimônios Culturais, Densidade de Praias, Densidade de Montanhas/Picos e Área de Conservação Ambiental, para cada um dos municípios mineiros da rota presentes no Mapa do Turismo Brasileiro.

3.3. PROCEDIMENTOS DE COLETA DOS DADOS

A coleta de dados desta pesquisa foi realizada por meio de análise documental, utilizando dados secundários e primários provenientes de diferentes fontes institucionais e acadêmicas. A análise documental foi adotada como estratégia principal por permitir o exame sistemático de registros institucionais, dados públicos e materiais produzidos no âmbito da política pública de turismo, sem necessidade de intervenção direta nos contextos investigados.

As fontes de dados utilizadas são as seguintes: os Relatórios Individuais de Categorização do MTur/SISMAPA, que forneceram os dados brutos dos scores de cada município nos quatro indicadores da dimensão Recursos Culturais e Naturais; a consulta formal

a Coordenação do Programa de Regionalização do Turismo do Ministério do Turismo, realizada em abril de 2026, que documentou os pesos atribuídos a cada indicador e esclareceu aspectos metodológicos da categorização; os documentos normativos e metodológicos do MTur, incluindo as Diretrizes do Programa de Regionalização do Turismo (MTur, 2013), o documento de Perguntas e Respostas sobre a Categorização (MTur, 2016) e a Portaria MTur n.º 6/2025; a Lei Federal n.º 14.698/2023, que institui a Estrada Real como monumento nacional e lista os 182 municípios integrantes da rota; o site do Instituto Estrada Real, consultado para informações sobre os caminhos e a organização do produto turístico da rota. A literatura acadêmica relacionada às políticas públicas de turismo no Brasil, ao SISTUR e à análise de indicadores turísticos compõe o referencial teórico apresentado no Capítulo 2, não constituindo fonte de dados empíricos desta pesquisa.

A sistematização dos dados dos Relatórios Individuais de Categorização foi realizada pela pesquisadora em planilha eletrônica com dados brutos dos scores da dimensão Recursos Culturais e Naturais por município; ranking dos municípios por score da dimensão; e análise do comportamento de cada indicador para os municípios mineiros da rota. Essa planilha constitui o principal instrumento de organização dos dados empíricos desta pesquisa.

3.4. INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

O instrumento de coleta de dados desta pesquisa é um roteiro estruturado de análise documental e de dados secundários, elaborado especificamente para os objetivos propostos. O roteiro organiza a coleta de informações em dois eixos complementares.

O primeiro eixo contempla a análise dos dados quantitativos de categorização, abrangendo: os scores brutos de cada município nos quatro indicadores da dimensão Recursos Culturais e Naturais; a categoria de classificação de cada município; a posição de cada município no ranking da dimensão; e o comportamento de cada indicador, com identificação dos municípios com valor zero e com valor positivo.

O segundo eixo contempla a análise qualitativa dos documentos institucionais, abrangendo: os critérios metodológicos utilizados na construção da dimensão Recursos Culturais e Naturais; os pesos atribuídos a cada indicador; as fontes de dados utilizadas; e as implicações da metodologia para territórios de turismo histórico-cultural.

3.5. PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados foi realizada de forma integrada, articulando os resultados quantitativos com a análise documental qualitativa. Em relação aos dados quantitativos, foram utilizados procedimentos de estatística descritiva, médias, medianas, distribuições de frequência e rankings, para caracterizar o comportamento dos scores da dimensão Recursos Culturais e Naturais entre os municípios da Estrada Real. A análise comparativa permite identificar padrões de variação entre os indicadores e examinar em que medida os resultados do índice correspondem ao perfil turístico reconhecido institucionalmente para os municípios da rota.

A análise se concentrou em três questões específicas: a distribuição dos scores da dimensão Recursos Culturais e Naturais entre os municípios da Estrada Real, o comportamento do indicador Densidade de Praias e o impacto de seu peso (32%) sobre o score efetivo dos municípios mineiros da rota e as implicações do uso do *OpenStreetMap* como fonte de dados para a dimensão.

No âmbito da organização da literatura, da sistematização textual preliminar e da padronização de referências, foram utilizadas ferramentas digitais de apoio, como a ferramenta de inteligência artificial generativa Claude, com finalidades delimitadas e sob controle integral da autora. A ferramenta Claude foi utilizada apenas como apoio auxiliar nas seguintes atividades: reorganização de trechos previamente redigidos; sugestão de sínteses preliminares de textos selecionados; geração de sugestões textuais e reescrita crítica e adaptação manual pela autora. Não foram incorporadas informações factuais, dados, citações ou interpretações sem

verificação direta nas fontes primárias. A análise crítica, a validação das informações, a construção metodológica, a interpretação dos resultados e a redação final são de responsabilidade exclusiva da autora.

As ferramentas digitais foram utilizadas apenas como instrumentos de apoio organizacional e redacional, não substituindo a leitura crítica, a análise técnica ou o julgamento científico da pesquisadora.

Quadro 1 - Resumo do método de pesquisa

Elemento	Descrição
Natureza	Pesquisa aplicada
Tipo	Descritivo-exploratória
Abordagem	Mista (qualitativa e quantitativa)
Estratégia	Estudo de caso (Estrada Real, 167 municípios mineiros)
Fontes de dados	Planilha de dados do MTur/SISMAPA; e-mails institucionais MTur e IPEA; documentos normativos e metodológicos do MTur; Lei n.º 14.698/2023; site do Instituto Estrada Real
Instrumento de coleta	Roteiro estruturado de análise documental e de dados secundários
Procedimento de análise	Análise documental; estatística descritiva; análise comparativa dos scores da dimensão Recursos Culturais e Naturais entre os municípios da Estrada Real
Período de referência	Categorização MTUR; IPEA 2025; e-mails institucionais abril/2026

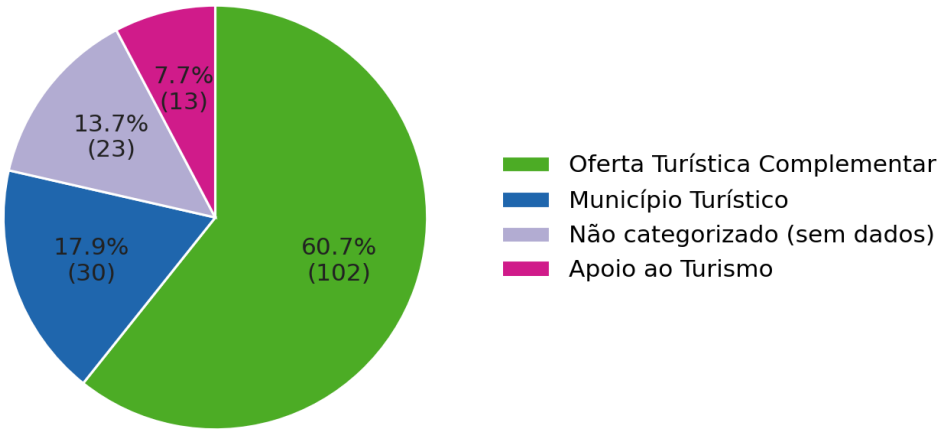
Fonte: Elaborado pela autora.

4. DISCUSSÃO E RESULTADOS

4.1. CLASSIFICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS MINEIROS DA ESTRADA REAL NO MAPA DO TURISMO BRASILEIRO

São apresentados a seguir, os resultados da análise da dimensão Recursos Culturais e Naturais (RCN) aplicada aos municípios mineiros da Estrada Real. A Figura 4 mostra a distribuição das categorias nas 168 localidades Mineiras. A maioria está enquadrada na Oferta Turística Complementar (60,7%), seguida de Município Turístico (17,9%), Apoio ao Turismo (7,7%) e 23 localidades sem categorização (13,7%).

Figura 4 - Distribuição das localidades mineiras da Estrada Real por categoria no Mapa do Turismo Brasileiro (n=168)



Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir de MTur/SISMAPA e Lei n. 14.698/2023 e utilização da ferramenta Claude.

4.2. ANÁLISE DA DIMENSÃO RECURSOS CULTURAIS E NATURAIS

Com base no procedimento de análise documental e estatística descritiva apresentado no Capítulo 3, esta seção examina a distribuição dos scores da dimensão Recursos Culturais e Naturais (RCN) entre os municípios da Estrada Real. A distribuição dos scores da dimensão

Recursos Culturais e Naturais (RCN) entre os municípios da Estrada Real apresenta características que merecem atenção analítica. O score médio dos municípios mineiros é de 3,09, com mediana de 0,31, o que significa que metade dos municípios obteve score inferior a 0,31[2]. A grande diferença entre média e mediana revela que poucos municípios com scores muito elevados puxam a média para cima, enquanto a maioria se concentra em valores muito baixos. Quarenta e oito municípios registram score igual a zero, e outros 23 não possuem dados disponíveis na base consultada.

Entre os municípios mineiros, os scores mais elevados da dimensão RCN pertencem exclusivamente a municípios da categoria Oferta Turística Complementar: Alagoa (21,98), Delfim Moreira (21,70), Marmelópolis (21,48), Wenceslau Braz (21,44) e Rio Acima (20,90). Esses municípios combinam cobertura de unidades de conservação ambiental próxima a 100% com densidade expressiva de montanhas e picos, ativando os dois indicadores que se tornam os principais diferenciadores no contexto mineiro. Esse padrão aponta para o mecanismo central analisado na seção seguinte: para os municípios mineiros da Estrada Real, o score da dimensão é determinado não pelo patrimônio histórico-cultural, mas pelos indicadores de Área de Conservação Ambiental e de Densidade de Montanhas/Picos.

Em contraste, Ouro Preto, classificado como Município Turístico, Patrimônio Mundial da UNESCO desde 1980 e principal polo turístico da rota, obtém score de 8,83 na dimensão RCN. Diamantina, igualmente Patrimônio Mundial da UNESCO desde 1999, obtém score de 2,59. Mariana, cidade histórica com conjunto arquitetônico colonial de reconhecida relevância, registra score de 3,50. Esses resultados revelam que a dimensão Recursos Culturais e Naturais, tal como construída pela metodologia MTUR; IPEA, não captura adequadamente o patrimônio

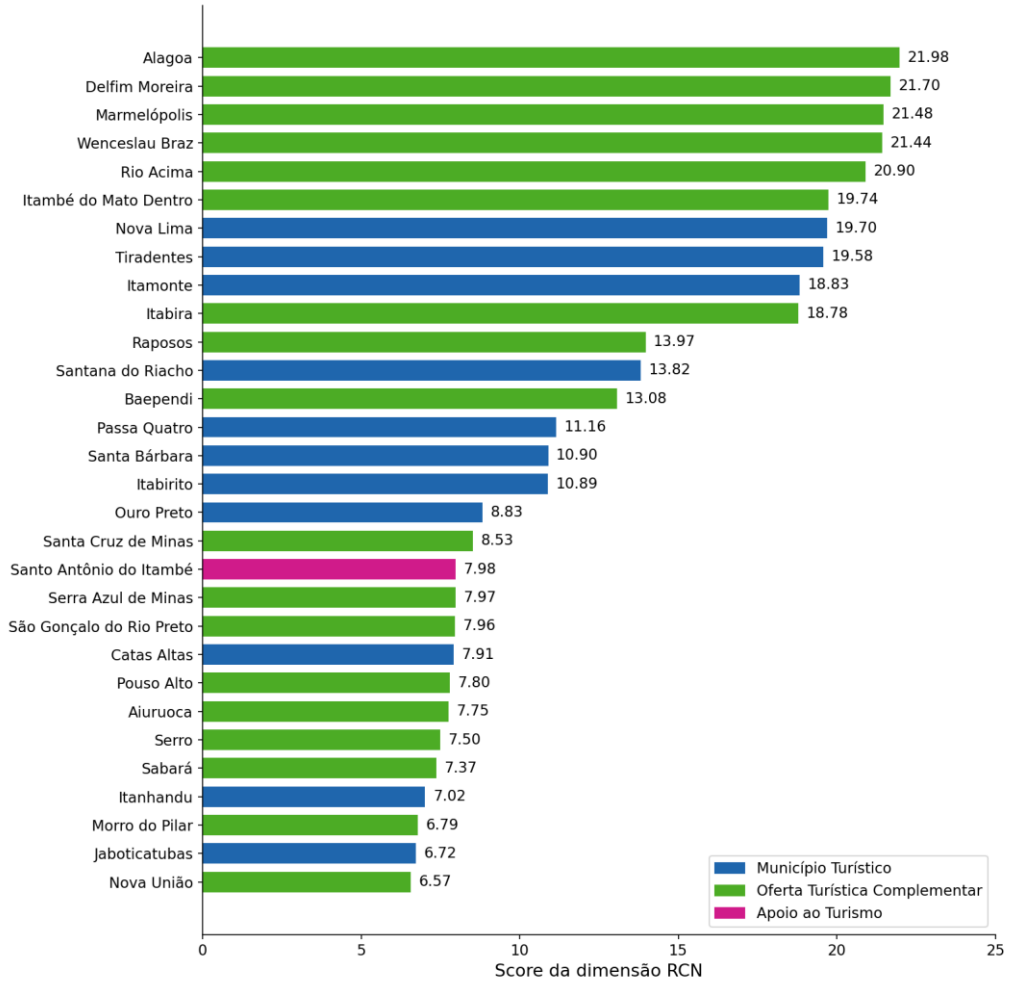
[2] *Nota 2: Assimetria positiva (ou assimetria à direita) é uma característica de distribuições em que a maioria dos valores se concentra em torno de valores baixos, mas alguns valores muito elevados puxam a média para cima. É identificada quando a média é substancialmente maior que a mediana. No caso dos scores da dimensão RCN, a mediana de 0,31 e a média de 3,09 confirmam essa assimetria: poucos municípios com scores elevados, como Alagoa (21,98) e Tiradentes (19,58), elevam a média, enquanto a maioria dos municípios concentra-se em valores próximos de zero.*

histórico-cultural dos municípios da Estrada Real, produzindo resultados que contradizem a hierarquia turística reconhecida pelo próprio MTur.

O caso de Conselheiro Lafaiete ilustra esse problema de forma concreta: classificado como Município Turístico, categoria mais alta da metodologia, o município registra score zero nos quatro indicadores da dimensão Recursos Culturais e Naturais, apesar de possuir patrimônio histórico e religioso expressivo, como o Santuário Basílica Sagrado Coração de Jesus, o Monumento ao Cristo Redentor, a Praça Barão de Queluz, com chafariz tombado pelo Decreto Municipal n.º 022/2000, o Solar Barão do Suaçuí, edificação de 1622, e o Parque Florestal Eurico Figueiredo, além de integrar o Caminho Religioso da Estrada Real (CAMINHO RELIGIOSO DA ESTRADA REAL, [20--]).

A Figura 5 apresenta os primeiros trinta municípios mineiros da Estrada Real com os maiores scores na dimensão RCN, permitindo visualizar tanto a magnitude das diferenças entre eles quanto a predominância, entre os primeiros colocados, de municípios classificados como Oferta Turística Complementar, e não como Município Turístico.

Figura 5 - Top 30 municípios mineiros da Estrada Real por score da dimensão RCN



Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir de MTur/SISMAPA e uso da ferramenta Claude.

4.3. O COMPORTAMENTO DOS INDICADORES NO TERRITÓRIO DA ESTRADA REAL

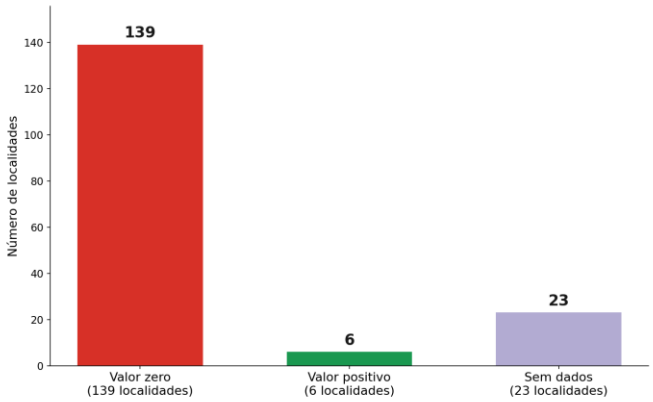
A análise dos quatro indicadores que compõem a dimensão Recursos Culturais e Naturais revela padrões distintos de operacionalidade no território da Estrada Real, com implicações diretas para a representatividade dos resultados.

Cabe observar que três dos quatro indicadores da dimensão, Densidade de Patrimônios Culturais (27%), Densidade de Praias (32%) e Densidade de Montanhas/Picos (27%), têm o *OpenStreetMap* como fonte, o que corresponde a 86% do peso interno da dimensão Recursos

Culturais e Naturais. Apenas a Área de Conservação Ambiental (14%) provém de fonte diversa, o MMA/ICMBio. A fragilidade de cobertura da base colaborativa incide, portanto, sobre a quase totalidade do peso da dimensão.

O indicador Densidade de Praias, ao qual foi atribuído o maior peso individual da dimensão (32%), registra valor zero para 139 dos 145 municípios mineiros com dados disponíveis (96%), não interferindo na composição do score da dimensão Recursos Culturais e Naturais para a quase totalidade dos municípios da rota. Esse resultado é esperado para um território serrano e de interior continental, onde a presença de praias marítimas é inexistente e a presença de praias fluviais e lacustres é muito esparsa. Apenas 6 municípios mineiros apresentam algum valor: Catas Altas (37,49), São Lourenço (327,48), Santo Antônio do Rio Abaixo (149,16), São Gonçalo do Rio Preto (6,36), Santana do Riacho (1,48) e Alto Rio Doce (1,93). Para os demais 139 municípios, o peso de 32% da dimensão é sistematicamente inativo, o que significa que a pontuação efetiva desses municípios é calculada sobre apenas 68% do peso total da dimensão RCN. A Figura 6 evidencia essa assimetria, mostrando a distribuição do indicador entre os 168 municípios mineiros da rota: a quase totalidade registra valor zero, com apenas seis exceções pontuais associadas a praias fluviais e lacustres cadastradas no OSM.

Figura 6 - Indicador Densidade de Praias, localidades mineiras da Estrada Real (n=168)



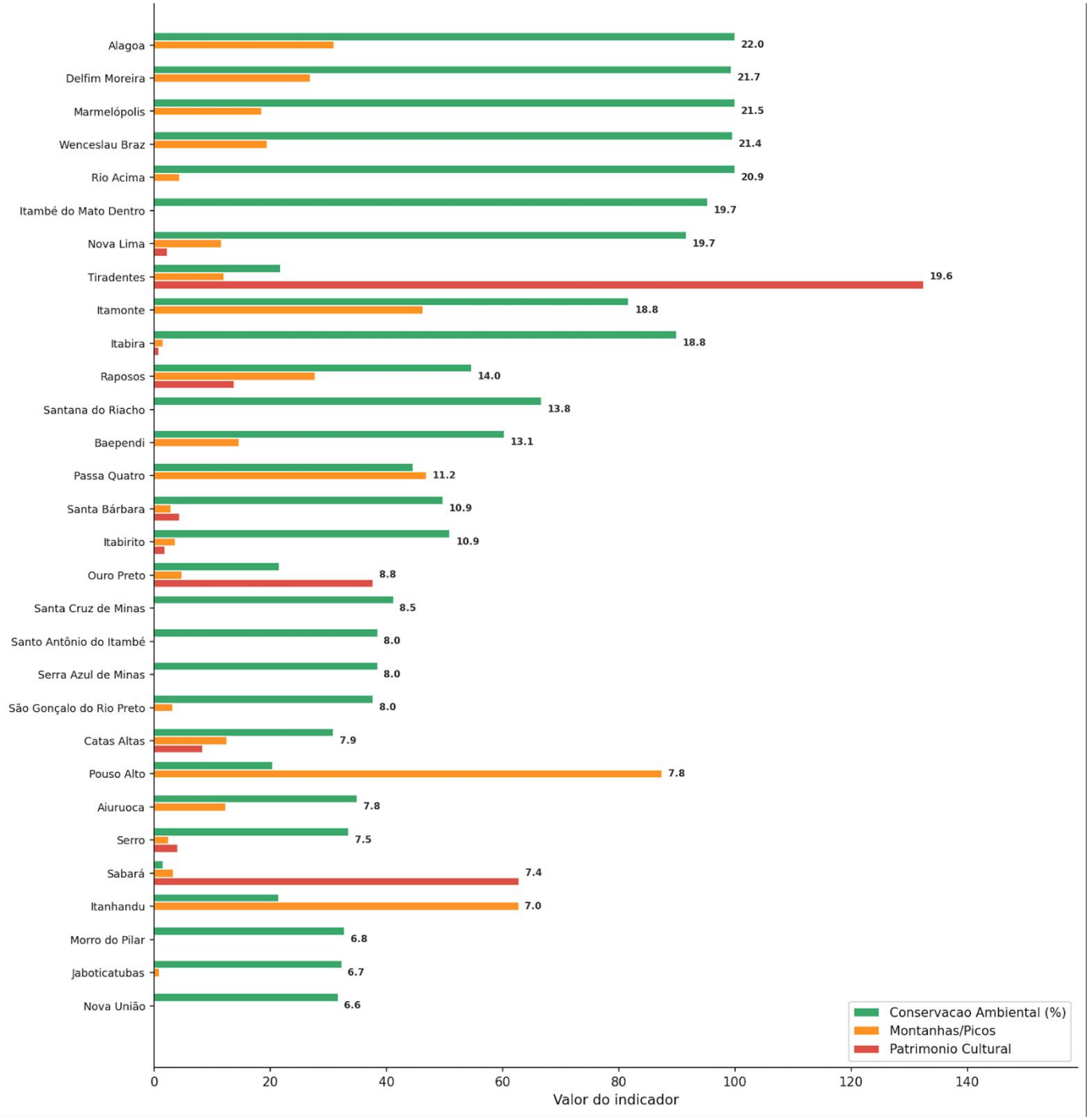
Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir de MTur/SISMAPA e uso da ferramenta Claude.

O indicador Área de Conservação Ambiental (peso 14%) e o indicador Densidade de Montanhas/Picos (peso 27%) tornam-se, na prática, os principais determinantes do score para a quase totalidade dos municípios mineiros da Estrada Real. Combinados, representam 41% do

peso total da dimensão e passam a suplantar o indicador Densidade de Patrimônios Culturais (27%), que registra valor zero para 79% dos municípios, como os fatores que efetivamente diferenciam os municípios no ranking. Com base de dados proveniente do MMA/ICMBio para Conservação e do *OpenStreetMap* para Montanhas, esses dois indicadores favorecem municípios com grandes áreas protegidas e relevo serrano expressivo, como Alagoa (conservação 100%, montanhas 30,99, score 21,98) e Marmelópolis (conservação 100%, montanhas 16,21, score 21,48).

Os indicadores de Conservação Ambiental e Densidade de Montanhas/Picos assumem, na prática, o papel de principais determinantes do score RCN para os municípios mineiros da Estrada Real. A Figura 7 compara o comportamento desses dois indicadores com o de Densidade de Patrimônios Culturais para os trinta municípios com maiores scores na dimensão, evidenciando como a combinação de alta cobertura de conservação ambiental e relevo serrano expressivo explica os resultados mais elevados, independentemente da relevância histórico-cultural dos municípios.

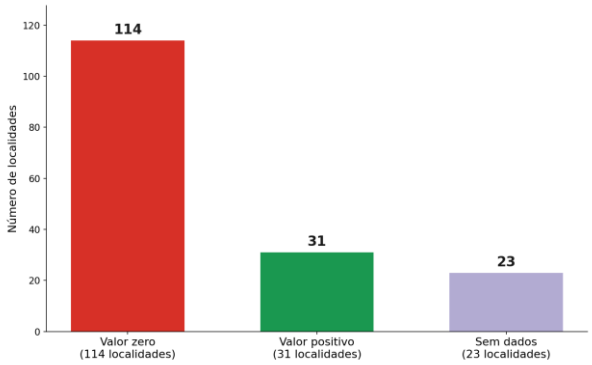
Figura 7 - Conservação Ambiental, Montanhas/Picos e Patrimônio Cultural, Top 30 municípios mineiros da Estrada Real por score RCN



Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir de MTur/SISMAPA e uso da ferramenta Claude.

O indicador Densidade de Patrimônios Culturais (peso 27%) apresenta o comportamento mais revelador do problema de cobertura das bases de dados. Apenas 31 dos 145 municípios mineiros com dados disponíveis (21%) registram valores superiores a zero nesse indicador. Tiradentes lidera com densidade de (132,46), seguido por Sabará (62,82), Ouro Preto (37,72) e Mariana (18,42). A Figura 8 mostra a distribuição do indicador entre os 145 municípios mineiros com dados disponíveis: 79% registram valor zero.

Figura 8 - Indicador Densidade de Patrimônios Culturais, municípios mineiros da Estrada Real (n=145)

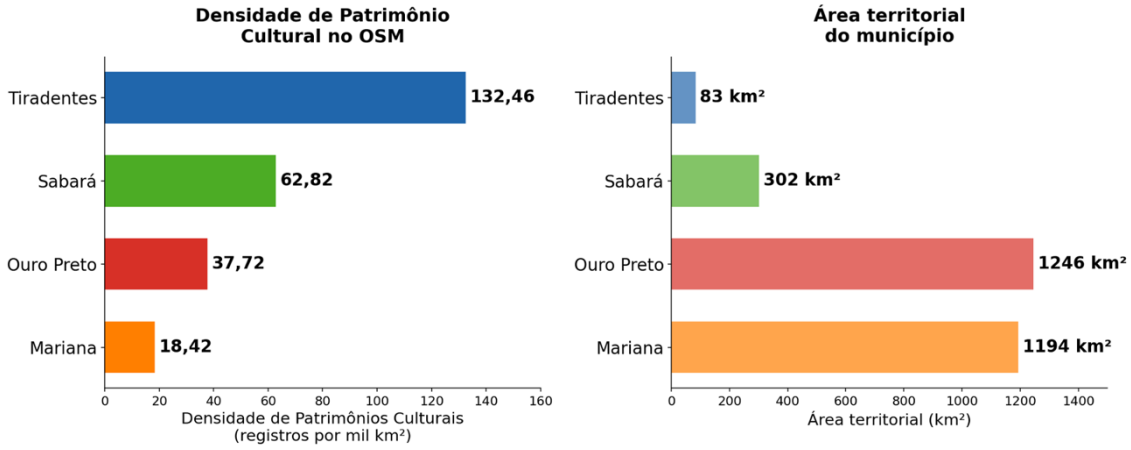


Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir de MTur/SISMAPA e uso da ferramenta Claude.

A fórmula do indicador Densidade de Patrimônios Culturais, que mede o número de registros por mil km² de área municipal gera uma distorção estrutural no indicador: municípios com menor extensão territorial têm seus registros divididos por uma área menor, o que resulta em um índice maior mesmo quando possuem patrimônio menos expressivo em termos absolutos.

A Figura 9 ilustra esse efeito ao comparar alguns municípios selecionados: Tiradentes, com apenas 83 km², concentra seus registros em área muito menor do que Ouro Preto com 1.246 km², o que resulta em densidade muito superior, e supera Ouro Preto no indicador.

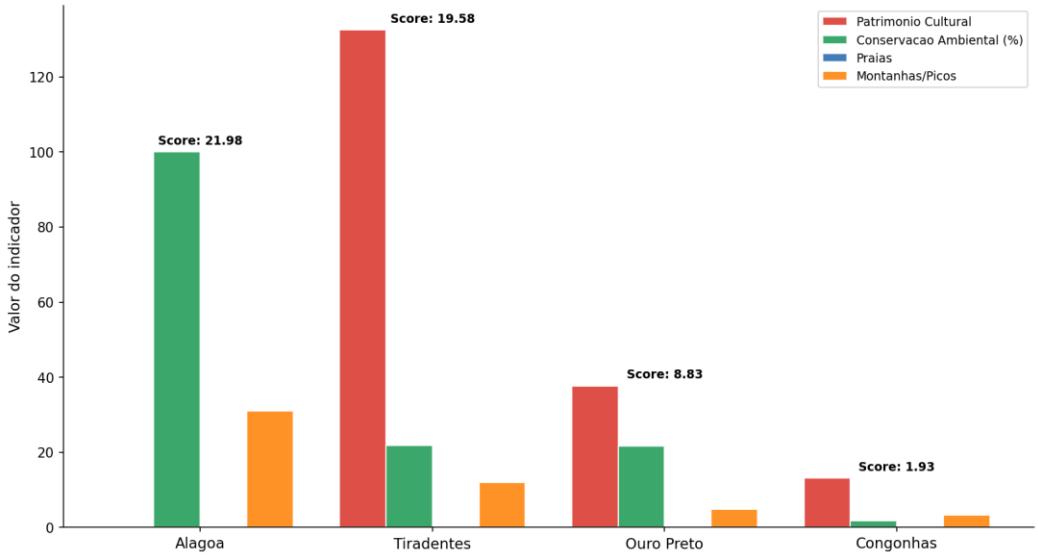
Figura 9 - Comparação do Indicador Densidade de Patrimônios Culturais e área do município



Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir de MTur/SISMAPA e uso da ferramenta Claude.

A Figura 10 reúne, para municípios selecionados, os valores dos quatro indicadores da dimensão RCN, permitindo visualizar as distorções identificadas: a inatividade do indicador de Praias, a subcobertura e densidade por área do patrimônio cultural no OSM e o peso determinante da Conservação Ambiental e das Montanhas/Picos no score final. O contraste entre Ouro Preto e município de Oferta Turística Complementar como Alagoa sintetiza o problema central desta pesquisa.

Figura 10 - Comparação dos indicadores da dimensão RCN para municípios selecionados (MG)



Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir de MTur/SISMAPA e uso da ferramenta Claude.

4.4. DISCUSSÃO: IMPLICAÇÕES METODOLÓGICAS, DE POLÍTICA PÚBLICA E RECOMENDAÇÕES

Os resultados apresentados permitem responder ao problema de pesquisa com base empírica sólida: a nova metodologia de categorização do Mapa do Turismo Brasileiro não representa adequadamente o patrimônio histórico-cultural dos municípios da Estrada Real no que se refere à dimensão Recursos Culturais e Naturais. Essa inadequação não é aleatória, ela resulta de escolhas metodológicas estruturais que, embora tecnicamente justificadas para o conjunto heterogêneo dos municípios brasileiros, produzem distorções sistemáticas quando aplicadas a territórios de perfil turístico predominantemente histórico-cultural e de interior continental. Em essência, o problema é que a metodologia avalia quantidade, densidade, proporção de área protegida, número de registros no *OpenStreetMap*, e não, qualidade, relevância histórica ou significado cultural dos atrativos.

A primeira distorção decorre da inatividade do indicador Densidade de Praias, o de maior peso. A segunda distorção é a subcobertura do patrimônio histórico-cultural na base de dados utilizada. Com valor zero para 79% dos municípios fica evidente que o *OpenStreetMap* não é uma fonte adequada para capturar o patrimônio histórico-cultural da Estrada Real. A terceira distorção decorre da própria fórmula do indicador Densidade de Patrimônios Culturais, a fórmula baseada em densidade por área penaliza os municípios históricos de maior extensão, independentemente da riqueza absoluta de seu patrimônio.

Estas distorções não são neutras: elas redistribuem indiretamente o peso efetivo entre os indicadores restantes, fazendo com que os indicadores de Área de Conservação Ambiental e Densidade de Montanhas/Picos se tornem, na prática, os principais determinantes do score para as localidades da estrada Real mineiras. As três distorções combinadas produzem o que este estudo denomina de inversão categorial: municípios classificados pelo MTur como Oferta Turística Complementar obtêm scores superiores, na dimensão que mede atrativos turísticos, aos de municípios classificados como turísticos. O score elevado desses municípios resulta predominantemente da cobertura de unidades de conservação ambiental e de Densidade de Montanhas/Picos.

Cabe dimensionar o alcance dessas distorções. A dimensão Recursos Culturais e Naturais, única que avalia diretamente os atrativos turísticos, responde por apenas 9% da nota final da categorização, enquanto os 91% restantes distribuem-se entre dimensões de caráter econômico, de infraestrutura e de serviços. Para a Estrada Real, rota cujo turismo se estrutura em torno do patrimônio barroco colonial, da identidade histórica e das paisagens serranas, a dimensão não cumpre a função que seu nome sugere.

Com base nos resultados desta pesquisa, propõem-se as seguintes recomendações:

a) Substituição ou complementação do *OpenStreetMap* como fonte para o indicador Densidade de Patrimônios Culturais, por meio da integração com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e seus congêneres estaduais, em Minas Gerais, o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA-MG), responsável pela política de patrimônio no estado (IEPHA-MG, [20--]). No caso do IPHAN, essa integração poderia operar por meio do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG), sistema georreferenciado que reúne, em interface única, bens culturais de natureza material e imaterial e admite o compartilhamento de cadastros com estados e municípios (IPHAN, 2021). O IEPHA-MG consolida tombamentos nas esferas federal, estadual e municipal, totalizando cerca de 6.000 bens culturais tombados e registrados em Minas Gerais, com participação de centenas de municípios por meio do Programa ICMS Patrimônio Cultural (SECULT-MG, [20--]). A combinação de fontes oficiais como IPHAN e IEPHA-MG ofereceria uma base mais completa e territorialmente sensível do que o uso isolado do *OpenStreetMap*.

b) Revisão dos pesos dos indicadores para territórios com perfis turísticos específicos. A metodologia atual utiliza pesos fixos definidos a partir da estrutura de variância dos dados nacionais. Uma alternativa seria estabelecer critérios de ponderação diferenciados para territórios em que determinados indicadores sejam estruturalmente inativos ou inaplicáveis, como o indicador Densidade de Praias em regiões serranas do interior.

c) Reconhecimento da Estrada Real como Região Turística no sistema do Mapa do Turismo Brasileiro. A criação de um recorte analítico específico para a rota permitiria

monitorar sistematicamente o desempenho dos municípios da rota e formular políticas mais adequadas às suas especificidades.

Essas recomendações não implicam invalidar a metodologia atual, que representa avanço em relação ao modelo anterior. O que os dados demonstram é que qualquer metodologia de mensuração em escala nacional precisa ser interpretada com atenção às suas premissas e limitações de aplicabilidade, especialmente quando utilizada como critério de alocação de recursos públicos. Para territórios com características turísticas específicas, como a Estrada Real, a adequação dos indicadores é uma questão que merece revisão periódica e aprimoramento contínuo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A constatação empírica que motivou esta pesquisa, o fato de Ouro Preto, Patrimônio Mundial da UNESCO e um dos principais polos turísticos da Estrada Real, situar-se, na dimensão Recursos Culturais e Naturais da nova metodologia de categorização do Mapa do Turismo Brasileiro, abaixo de municípios classificados como Oferta Turística Complementar, revelou-se não uma anomalia, mas o sintoma de distorções metodológicas documentadas ao longo deste trabalho.

As contribuições deste trabalho situam-se em dois planos. No plano empírico, a pesquisa produziu uma análise sistemática da aplicação da metodologia MTUR; IPEA (2025) ao território da Estrada Real, documentando os padrões de distribuição dos scores, o comportamento dos indicadores e os efeitos das distorções metodológicas sobre os resultados da dimensão Recursos Culturais e Naturais. A base de dados organizada a partir dos Relatórios de Categorização Detalhado e de Atividades Turísticas do MTur/SISMAPA, organizados em formato tabular, com uma linha individualizada para cada município, consolidando e filtrando essas informações especificamente para os municípios mineiros da Estrada Real e cruzando-as com a Lei Federal n.º 14.698/2023, constitui um instrumento analítico passível de atualização nos futuros ciclos de categorização do Mapa do Turismo Brasileiro.

No plano teórico-metodológico, a pesquisa contribui para o debate sobre os limites da aplicação de metodologias nacionais de mensuração em territórios com perfis turísticos específicos, demonstrando que a utilização de indicadores padronizados pode reduzir a capacidade de representação de territórios histórico-culturais.

Os resultados também apontam caminhos para o aperfeiçoamento da metodologia. As recomendações detalhadas no Capítulo 4 convergem para a necessidade de fortalecer a dimensão Recursos Culturais e Naturais, única dimensão que avalia diretamente os atrativos turísticos dos municípios, ampliando seu escopo analítico e revendo seus indicadores, fontes de dados, critérios de ponderação e pesos relativos, de modo que os recursos culturais e naturais sejam representados de forma mais aderente às especificidades de cada contexto territorial. Tais aperfeiçoamentos ampliariam a capacidade do Mapa do Turismo Brasileiro de refletir a

diversidade territorial, cultural e social do turismo brasileiro e os recursos que efetivamente estruturam a atividade turística em diferentes contextos. No plano das políticas públicas, essas distorções têm consequência direta sobre a distribuição de recursos federais, já que a Portaria MTur n.º 6/2025 vincula o acesso a esses recursos à categoria atribuída a cada município; corrigir os indicadores da dimensão Recursos Culturais e Naturais significa, portanto, corrigir especificamente a parcela da base decisória relativa ao reconhecimento dos atrativos turísticos, ainda que as demais nove dimensões, responsáveis por 91% do índice composto, permaneçam inalteradas.

Este estudo apresenta limitações que delimitam o alcance de suas conclusões. A análise restringiu-se aos municípios mineiros da Estrada Real e concentrou-se na dimensão Recursos Culturais e Naturais, sem abranger as demais dimensões da categorização. Por se apoiar no *OpenStreetMap,* base de dados colaborativa, cuja cobertura se altera ao longo do tempo, os valores analisados refletem um recorte específico, sujeito a variação em ciclos posteriores. Sugere-se, para pesquisas futuras: a ampliação desta análise a outros estados brasileiros sem litoral, permitindo avaliar se a distorção identificada no indicador Densidade de Praias se reproduz em outros territórios continentais; e a comparação sistemática entre os registros do *OpenStreetMap* e bases oficiais de patrimônio cultural, como o IPHAN e seus congêneres estaduais, para avaliar em que medida fontes institucionais reduziriam o problema de subcobertura identificado nesta pesquisa.

A política pública de turismo será tanto mais eficaz quanto mais seus instrumentos de mensuração forem capazes de representar a diversidade real dos territórios que se propõem a apoiar.

REFERÊNCIAS

BENI, Mário Carlos. *Análise estrutural do turismo*. 14. ed. São Paulo: Senac, 2019.

BRASIL. Lei n.º 11.771, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2008. Redação atual, com as alterações da Lei n.º 14.978, de 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11771.htm. Acesso em: abr. 2026.

BRASIL. Lei n.º 14.698, de 19 de outubro de 2023. Institui a Estrada Real como monumento nacional e estabelece sua área de abrangência. Brasília: Presidência da República, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14698.htm. Acesso em: abr. 2026.

BRASIL. Decreto n.º 12.136, de 9 de agosto de 2024. Aprova o Plano Nacional de Turismo para o quadriênio 2024-2027. Brasília: Ministério do Turismo, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/PNT/plano-nacional-de-turismo-2024-2027.pdf. Acesso em: mai. 2026.

CAMINHO RELIGIOSO DA ESTRADA REAL. *Conselheiro Lafaiete - MG*. [20--]. Disponível em: https://www.caminhoreligiosodaestradareal.com/conselheiro-lafaiete-mg/. Acesso em: 3 jul. 2026.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG)*. Brasília: Iphan, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/iphan/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/sistema-integrado-de-conhecimento-e-gestao-sicg. Acesso em: 5 jul. 2026.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS (IEPHA-MG). *O Iepha*. [20--]. Disponível em: https://www.iepha.mg.gov.br/index.php/institucional/o-iepha. Acesso em: 4 jul. 2026.

INSTITUTO ESTRADA REAL. *A Estrada Real*. [20--]. Belo Horizonte: Instituto Estrada Real. Disponível em: https://institutoestradareal.com.br/estrada-real/. Acesso em: abr. 2026.

MEDEIROS, Gabriel Franklin Braz de. *OpenStreetMap: uma análise sobre a evolução de dados geográficos colaborativos no Brasil*. 2017. Monografia (Graduação em Engenharia da Computação) — Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/19524/1/2017_GabrielFranklinBrazdeMedeiros.pdf. Acesso em: abr. 2026.

MINISTÉRIO DO TURISMO. *Programa de Regionalização do Turismo — Roteiros do Brasil: Introdução à Regionalização do Turismo*. Brasília: MTur, 2007.

MINISTÉRIO DO TURISMO. *Avaliação do Programa de Regionalização do Turismo — Roteiros do Brasil: resumo executivo*. Brasília: MTur, 2011.

MINISTÉRIO DO TURISMO. *Programa de Regionalização do Turismo: diretrizes*. Brasília: MTur, 2013.

MINISTÉRIO DO TURISMO. *Categorização dos municípios das regiões turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro: perguntas e respostas*. Brasília: MTur, 2016.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Portaria n.º 6, de 2025. Estabelece diretrizes para o Mapa do Turismo Brasileiro e a categorização dos municípios. Brasília: MTur, 2025.

MINISTÉRIO DO TURISMO. [Resposta à consulta sobre metodologia de categorização do Mapa do Turismo Brasileiro — bases de dados e fontes]. Brasília: Coordenação do Programa de Regionalização do Turismo, 8 abr. 2026. Comunicação eletrônica institucional.

MINISTÉRIO DO TURISMO. [Resposta à consulta sobre pesos dos indicadores da dimensão Recursos Culturais e Naturais]. Brasília: Coordenação do Programa de Regionalização do Turismo, 10 abr. 2026. Comunicação eletrônica institucional.

MINISTÉRIO DO TURISMO. [Resposta à consulta sobre classificação da Estrada Real no Mapa do Turismo Brasileiro]. Brasília: Coordenação do Programa de Regionalização do Turismo, 15 abr. 2026. Comunicação eletrônica institucional.

MINISTÉRIO DO TURISMO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Nova metodologia para a construção do Mapa do Turismo do Brasil: relatório final*. Elaboração de Carlos Wagner de Albuquerque Oliveira et al. Brasília: MTur; Ipea, 2025. Relatório técnico não publicado.

OLIVEIRA, Carlos Wagner de Albuquerque. [Resposta sobre metodologia de elaboração dos indicadores da dimensão Recursos Culturais e Naturais]. Destinatário: Sandra Kalmus. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 23 abr. 2026. Comunicação eletrônica institucional.

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E TURISMO DE MINAS GERAIS (SECULT-MG). *Iepha-MG divulga tabela de pontuação provisória do Programa ICMS Patrimônio Cultural*. [20--]. Disponível em: https://www.secult.mg.gov.br/a-secretaria/organograma/131-antigas/6777-iepha-mg-divulga-tabela-de-pontuacao-provisoria-do-programa-icms-patrimonio-cultural. Acesso em: 4 jul. 2026.

SILVA, Fernanda Cristina da et al. Políticas públicas de fomento à atividade turística: resultados da implementação do Circuito Turístico Parque Nacional da Serra do Cipó — MG. *Revista de Ciências Humanas*, Viçosa-MG, v. 8, n. 2, p. 223-241, jul./dez. 2008.

SILVA, Fernanda Cristina da; LIMA, Afonso Augusto Teixeira de Freitas de Carvalho; SILVEIRA, Suely de Fátima Ramos; EMMENDOERFER, Magnus Luiz; SOUZA, Antônio Artur de; LORETO, Maria das Dores Saraiva de. A Política de Circuitos Turísticos de Minas Gerais: uma avaliação baseada na percepção de agentes estratégicos. *PASOS — Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, v. 10, n. 3, p. 369-379, 2012.

SOUSA, Diogo Diniz de; SILVA, Rodrigo Cardoso da. A categorização dos municípios turísticos como promotora de redes urbanas do turismo: das fragilidades à materialidade. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, São Paulo, v. 19, e-3067, 2025. DOI: 10.7784/rbtur.v19.3067.

SOUSA, Diogo Diniz de; MOESCH, Marutschka Martini. Uma nova pespectiva [sic] para a classificação do turismo para as cidades do Brasil. *Revista RGE Interdisciplinar*, São José dos Pinhais, v. 17, n. 5, p. 1-19, 2026. DOI: 10.56238/revgeov17n5-080.

VARGAS-MUÑOZ, John E.; SRIVASTAVA, Shivangi; TUIA, Devis; FALCÃO, Alexandre X. OpenStreetMap: challenges and opportunities in machine learning and remote sensing. *IEEE Geoscience and Remote Sensing Magazine*, v. 9, n. 1, p. 184-199, 2021. DOI: 10.1109/MGRS.2020.2994107.

APÊNDICE A – E-MAIL DO MINISTÉRIO DO TURISMO SOBRE METODOLOGIA DE CATEGORIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS TURÍSTICOS

De: Regionalização <regionalizacao@turismo.gov.br>

Data: 8 de abril de 2026, às 16h44

Para: Sandra Kalmus <sankalmus@gmail.com>

Assunto: categorização das cidades turísticas

Prezada, boa tarde.

Em atenção esclarecemos:

A Categorização dos Municípios das Regiões Turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro é um instrumento elaborado pelo Ministério do Turismo com o objetivo de identificar o desempenho da economia do setor nos municípios que compõem o referido Mapa. Prevista como estratégia de implementação do Programa de Regionalização do Turismo, essa ferramenta auxilia na tomada de decisões mais precisas e na formulação de políticas públicas que considerem as especificidades e potencialidades locais.

Em 2023, o MTur firmou parceria com o IPEA para atualizar e aperfeiçoar a categorização dos municípios. Após discussões com técnicos, especialistas e representantes das macrorregiões, foi definida a metodologia atual. Devido à quantidade de municípios inseridos nas regiões turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro, foram utilizados dados já existentes, **disponíveis para todo o Brasil,** que pudessem ser atualizados periodicamente e que traduzissem a economia do turismo. A partir daí se chegou a **10 dimensões com 70 variáveis**, que foram cruzadas em uma análise de cluster e deram origem a **03 categorias de municípios (Município turístico; Município com oferta turística complementar e Município de apoio ao turismo).**

A nova metodologia para a construção do Mapa foi desenvolvida com o objetivo de aprimorar a identificação dos municípios com vocação turística e garantir maior rigor técnico e estatístico. *Um ponto crucial da metodologia é a normalização dos dados.* Todos os indicadores foram normalizados em uma escala comum entre 0 e 100, assegurando a comparabilidade direta entre variáveis com diferentes escalas e unidades originais. Essa normalização é um procedimento estatístico padrão que garante que nenhum indicador, por ter valores absolutos maiores, domine indevidamente a avaliação geral.

Após a normalização, a Análise de Componentes Principais (ACP) foi aplicada individualmente em cada dimensão para a construção de indicadores sintéticos. Posteriormente, uma etapa de refinamento foi realizada com especialistas, que atribuíram notas às dimensões. A metodologia utilizou um amplo levantamento de indicadores a partir de bases de dados oficiais e atualizadas, como: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Secretaria Especial da Cultura, o Ministério da Saúde, ANAC, DNIT, RAIS, ANATEL, Atlas da Violência, DATASUS, entre outros, além de dados fornecidos pelo próprio MTur. Foram selecionados 70 indicadores finais, organizados em dez dimensões temáticas, tais como:

- Governança
- Recursos Culturais e Naturais
- Serviços Turísticos
- Infraestrutura de Transporte
- Estrutura Econômica
- Especialização Turística
- Conectividade à Internet
- Segurança
- Saúde

• Demanda

Cada uma dessas dimensões possui um conjunto de variáveis com seus respectivos pesos, que contribuem para a nota final do município, conforme tabela abaixo:

Tabela 2 – Pesos das Dimensões antes e após Ajuste pela Avaliação dos Especialistas

Dimensão	Peso Original (Etapa 2)	Nota dos Especialistas	Ajuste (p.p.)	Peso Ajustado (Etapa 3)
Governança	11%	21	+3 p.p.	14%
Recursos Culturais e Naturais	6%	21	+3 p.p.	9%
Serviços Turísticos	15%	3	-1 p.p.	14%
Infraestrutura de Transporte	11%	5	0 p.p.	11%
Estrutura Econômica	14%	1	-3 p.p.*	10%
Especialização Turística	10%	5	0 p.p.	10%
Conectividade à Internet	12%	2	-2 p.p.	10%
Segurança	1%	21	+3 p.p.	4%
Saúde	9%	2	-2 p.p.	7%
Demanda	11%	5	0 p.p.	11%

Fonte: Elaboração própria com base em dados do MTur e IPEA (2023). Nota: Para garantir que a soma total dos pesos ajustados fosse igual a 1 (100%), o peso da dimensão Estrutura Econômica foi reduzido adicionalmente em 1 ponto percentual, totalizando uma redução final de 4 p.p. Essa decisão foi baseada na indicação dos especialistas, que apontaram consistentemente essa dimensão como candidata prioritária à redução de peso durante a dinâmica de avaliação qualitativa.

As variáveis e dimensões foram definidas pelo MTUR e o IPEA em parceria com as Unidades de Federação e a Câmara Temática da Regionalização.

A consulta aos especialistas foi feita por meio de uma dinâmica estruturada, usando a **escala Fibonacci** para avaliar a importância das dez dimensões definidas. Essa escala foi escolhida por facilitar a diferenciação entre os níveis de importância atribuídos.

Cada especialista deu notas de acordo com a seguinte escala:

Nota 1: importância muito baixa

Nota 2: baixa

Nota 3: relativamente baixa

Nota 5: média

Nota 8: relativamente alta

Nota 13: alta

Nota 21: muito alta

Com base nessas notas, os pesos iniciais (definidos na Etapa 2) foram ajustados:

notas baixas reduziram o peso em até 3 pontos percentuais,

notas médias mantiveram o peso,

notas altas aumentaram o peso em até 3 pontos percentuais.

Esse método permitiu combinar os cálculos iniciais com a visão qualitativa dos especialistas, tornando a ponderação das dimensões mais coerente e alinhada à prática.

Após o ajuste qualitativo dos pesos, o índice composto foi recalculado e aplicado novamente na classificação dos municípios, usando os mesmos métodos estatísticos (Hierarchical Clustering e K-Means). Essa reaplicação permitiu avaliar o impacto das percepções dos especialistas nas classificações finais, tornando-as mais consistentes e alinhadas à prática.

Em seguida, compararam-se os resultados antes e depois do ajuste, identificando as mudanças provocadas pela inclusão da avaliação qualitativa.

Tabela 3 – Resumo das Dimensões, Pesos Finais, Indicadores e Fontes

Dimensão	Peso da Dimensão	Indicadores	Peso dos indicadores
Governança	14%	Órgão ou entidade responsável pela pasta de turismo	21%
		Conselho Municipal de Turismo ativo	21%
		Órgãos de Governança Regional	14%
		O Município possui Plano Diretor Urbano que contemple o Setor de Turismo	13%
		O Município possui Plano Municipal de Turismo e /ou Plano de Desenvolvimento Territorial do Turismo	18%
		O Município possui Plano de Marketing do Turismo ou outros similares?	13%

Recursos Culturais e Naturais	9%	Densidade de Patrimônios Culturais (por mil Km2)	27%
		Área de Conservação Ambiental (%)	14%
		Densidade de praias (por mil Km2)	32%
		Densidade de montanhas/picos (por mil Km2)	27%
Serviços Turísticos	14%	CAT - Centro de Atendimento ao Turista	5%
		Densidade de Parques Temáticos (por mil Km2)	9%
		Densidade de Espaços para Eventos e Negócios (por mil Km2)	10%
		Densidade de Unidades Habitacionais nos Meios de Hospedagens (por mil Km2)	13%
		Densidade de Leitos nos Meios de Hospedagens (por mil Km2)	14%
		Densidade de Estabelecimentos de Meios de Hospedagens (por mil Km2)	10%
		Densidade de Guias de Turismo (por mil Km2)	10%
		Densidade de Segmentos Turísticos (por mil Km2)	5%
		Avaliação média dos meios de hospedagem	8%
		Avaliação média dos restaurantes e similares	8%
		Avaliação média dos serviços turísticos e culturais	8%
Infraestrutura de Transporte	11%	Quantidade de Aeroportos em um raio de 100km	5%
		Aeroportos em um raio de 100km que recebem voos internacionais	7%
		Densidade de Rodovias Federais (Km por mil Km2)	14%
		Rodovias Federais Pavimentadas (%)	11%
		Rodovias Federais Duplicadas (%)	15%
		Densidade de Rodovias Estaduais (Km por mil Km2)	7%
		Rodovias Estaduais Pavimentadas (%)	7%
		Rodovias Estaduais Duplicadas (%)	12%
		Quantidade de rodoviárias interestaduais e municipais	11%
		Densidade de Hidrovias (Km por mil Km2)	4%
		Quantidade de Portos em um raio de 100km	7%
Estrutura Econômica	10%	Quantidade de estabelecimentos formais (por mil hab.)	18%
		Quantidade de ocupações formais (por mil hab.)	19%
		Remuneração média dos trabalhadores formais	13%
		Renda domiciliar per capita média	20%
		Despesas com Pessoal e Encargos Sociais/Despesas Correntes (%)	4%
		Investimentos/Despesas Correntes (%)	4%

		Receita tributária	5%
		ICE-R	17%
Especialização Turística	10%	Quantidade de estabelecimentos formais no setor de turismo (por mil hab.)	17%
		Quantidade de estabelecimentos formais de alojamento (por mil hab.)	16%
		Quantidade de ocupações formais no setor de turismo (por mil hab.)	18%
		Quantidade de ocupações formais em alojamento (por mil hab.)	16%
		QL no setor de turismo	16%
		QL de alojamento	17%
Conectividade à Internet	10%	Percentual de cobertura da rede móvel (% moradores cobertos)	25%
		Percentual de cobertura da rede 3G (% moradores cobertos)	24%
		Percentual de cobertura da rede 4G (% moradores cobertos)	25%
		Percentual de cobertura da rede 5G (% moradores cobertos)	11%
		Densidade banda larga fixa (acessos a cada 100 hab.)	15%
Segurança	4%	Taxa de Homicídios (por 100 mil hab.)	39%
		Taxa de Feminicídio (por 100 mil hab.)	24%
		Taxa de Homicídios de Jovens (por 100 mil hab.)	38%
Saúde	7%	Médicos (por 100 mil hab.)	19%
		Leitos de internação hospitalar (por 100 mil hab.)	16%
		Estabelecimentos de saúde (por 100 mil hab.)	17%
		Pronto Atendimentos de Emergência 24h (por 100 mil hab.)	10%
		Profissionais de saúde (por 100 mil hab.)	21%
		Leitos de UTI (por 100 mil hab.)	17%
Demanda	11%	Demanda turística	13%
		Quantidade de assentos ocupados em voos regulares	10%
		Taxa de ocupação média dos voos (%)	7%
		Quantidade de assentos ocupados voos regulares nos aeroportos em um raio de 100km	3%
		Taxa de ocupação média dos voos em um raio de 100km (%)	1%
		Quantidade de linhas intermunicipais e interestaduais	13%
		Quantidade de empresas que operaram nas rodoviárias	11%
		Movimentação de passageiros (Origem + Destino)	14%
		Quantidade de ônibus de excursão	14%
		Quantidade de passageiros em ônibus de excursão	14%

Fonte: Elaboração própria com base em MTur e IPEA. Nota: Os pesos indicados representam os valores finais após o ajuste metodológico realizado com especialistas.

Ressalta-se que a atualização da base de dados da fonte de coleta é fundamental para garantir que as informações estejam devidamente disponíveis e atualizadas para uma nova rodada de processamento.

As principais fontes de dados utilizadas incluem:

FONTE	OBSERVAÇÃO
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	Foram extraídas informações demográficas e econômicas essenciais, incluindo estimativas populacionais, extensão territorial, Produto Interno Bruto (PIB) municipal, Valor Adicionado Bruto (VAB) setorial e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Esses indicadores são fundamentais para compreender a estrutura produtiva dos municípios e sua capacidade de oferta de bens e serviços associados ao turismo.
Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi)	Os dados fiscais obtidos incluem arrecadação própria dos municípios, com destaque para receitas oriundas do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e de outras taxas municipais. A análise da arrecadação permite inferir a capacidade fiscal dos entes subnacionais e sua autonomia financeira, fatores relevantes para a implementação de políticas públicas voltadas ao turismo.
Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)	Esta base de dados, administrada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, fornece estatísticas detalhadas sobre o mercado formal de trabalho, permitindo a identificação da participação do setor turístico na geração de emprego e renda. Foram considerados dados referentes ao número de estabelecimentos e empregos formais em atividades econômicas diretamente ligadas ao turismo, como hospedagem, alimentação e transporte de passageiros.
OpenStreetMap (OSM)	Esta base de dados aberta e colaborativa foi utilizada para georreferenciamento de pontos turísticos, infraestrutura de lazer e outros elementos relevantes para a caracterização do potencial turístico dos municípios. A utilização do OSM permite uma visão espacial detalhada dos atrativos disponíveis, facilitando análises de acessibilidade e conectividade entre diferentes destinos.
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)	A infraestrutura de transporte é um fator determinante para o desenvolvimento do turismo, uma vez que afeta diretamente a mobilidade e o fluxo de visitantes. Foram utilizados dados sobre a extensão e a qualidade da malha rodoviária federal, além de informações sobre portos e aeroportos, permitindo avaliar a conectividade dos municípios em diferentes modais de transporte.
FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas)	Uma instituição de direito privado sem fins lucrativos, vinculada à Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo (FEA-USP).

FONTE	OBSERVAÇÃO
MMA (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)	Órgão do governo federal responsável por formular e implementar políticas públicas voltadas à conservação do meio ambiente, ao uso sustentável dos recursos naturais, à proteção da biodiversidade e ao enfrentamento das mudanças climáticas.
ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade)	Autarquia federal vinculada ao MMA. Criado pela Lei nº 11.516/2007.
ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil)	Autarquia federal brasileira, vinculada ao Ministério de Portos e Aeroportos, responsável por regular e fiscalizar a aviação civil no Brasil.
DataViva/Cedeplar-UFMG	Refere-se a uma iniciativa vinculada ao Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações)	Autarquia federal vinculada ao Ministério das Comunicações, responsável por regular, fiscalizar e supervisionar o setor de telecomunicações no Brasil.
Atlas da Violência	É uma publicação anual elaborada em parceria pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Essa série de relatórios oferece uma análise abrangente da violência letal no Brasil com base em dados oficiais, sobretudo do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e do Sinan, do Ministério da Saúde.
DATASUS (Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde)	Órgão do Ministério da Saúde responsável por coletar, processar, analisar e disponibilizar dados e informações em saúde no Brasil.
PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios)	É uma pesquisa estatística realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com o objetivo de coletar informações socioeconômicas da população brasileira.
Sistema de Informações do Mapa do Turismo Brasileiro – SISMAPA/MTUR	Sistema responsável pelo cadastramento das informações e inserção dos documentos comprobatórios que precisam ser observados e atendidos conforme os critérios estabelecidos em Portaria Ministerial.
CADASTUR/MTUR (Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos)	Sistema de cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor de turismo.

Atenciosamente

Coordenação do Programa de Regionalização do Turismo

Ministério do Turismo

Esplanada dos Ministérios, Bloco U, Sala 341, Brasília-DF

CEP 70.065-900

(61) 2023-7264

regionalizacao@turismo.gov.br

http://www.regionalizacao.turismo.gov.br

De: Sandra Kalmus <sankalmus@gmail.com>

Enviada em: quarta-feira, 8 de abril de 2026, às 16h22

Para: Regionalização <regionalizacao@turismo.gov.br>

Assunto: categorização das cidades turísticas

Boa tarde,

Prezados(as),

Sou aluna de especialização em Turismo na Universidade de Brasília (UnB) e atualmente desenvolvo meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) com foco na relação entre a Estrada Real, o inventário da oferta turística e a categorização dos municípios no Mapa do Turismo Brasileiro.

Ao analisar o ranqueamento referente ao item **2. Recursos Culturais e Naturais**, observei que o município de **Ouro Preto**, reconhecido por sua relevância histórica, cultural e turística, aparece em posição inferior à de diferentes municípios classificados pelo próprio Ministério do Turismo como **municípios com oferta turística complementar**.

Considerando que, nos termos do art. 13-A, § 3º, da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, o município turístico é aquele que dá identidade à região, concentra o maior fluxo de turistas e possui os principais atrativos e serviços turísticos em relação aos municípios vizinhos, a posição observada gerou dúvida quanto aos critérios metodológicos adotados.

Dessa forma, solicito, por gentileza, esclarecimentos acerca da metodologia utilizada para o cálculo do item **2. Recursos Culturais e Naturais**, especialmente sobre os indicadores relacionados à densidade de patrimônios culturais, áreas de conservação ambiental e demais variáveis que compõem esse eixo.

Embora tenha consultado o documento metodológico disponibilizado pelo Ministério do Turismo no link abaixo, não consegui compreender de forma suficiente como os índices são calculados e ponderados, a ponto de justificar o posicionamento de municípios turísticos consolidados, como Ouro Preto, abaixo de municípios classificados como oferta complementar:

https://www.gov.br/turismo/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas-projetos-acoes-obras-e-atividades/programa-de-regionalizacao-do-turismo-2/categorizacao-dos-municipios/metodologia

Seria possível esclarecer a fórmula de cálculo, os pesos atribuídos a cada indicador e a lógica de ranqueamento adotada nesse eixo?

Agradeço antecipadamente pela atenção e colaboração.

Atenciosamente,

Sandra Kalmus

Especialização em Turismo – Universidade de Brasília (UnB)

APÊNDICE B – RANKING DOS MUNICÍPIOS MINEIROS DA ESTRADA REAL POR RECURSOS CULTURAIS E NATURAIS

Fonte: elaboração própria a partir de MTur, Relatório de Categorização Detalhado, e MTur/SISMAPA, Relatórios Individuais de Categorização. Ordenado por score decrescente. Municípios sem categoria (—) destacados em salmão.

Identificação		MTur		Estrada Real	Score Agregado (MTur)	Recursos Culturais e Naturais: Subcampos (MTur/SISMAPA)			
Nº	Município / Distrito	Categoria MTur	Região Turística MTur	Caminho(s)	Score RCN	Densidade Patrimônio Cultural	Área de Conservação	Densidade de Praias	Densidade de Montanhas
1	Alagoa	Oferta Complementar	Terras Altas da Mantiqueira	C. Velho	21,98	0	100	0	30,99
2	Delfim Moreira	Oferta Complementar	Caminhos da Mantiqueira	C. Velho	21,70	0	99,40	0	26,93
3	Marmelópolis	Oferta Complementar	Caminhos da Mantiqueira	C. Velho	21,48	0	100	0	18,54
4	Wenceslau Braz	Oferta Complementar	Caminhos da Mantiqueira	C. Velho	21,44	0	99,60	0	19,51
5	Rio Acima	Oferta Complementar	Ouro	C. Novo | C. Sabarabuçu	20,90	0	100	0	4,38
6	Itambé do Mato Dentro	Oferta Complementar	Serra do Cipó	C. Diamantes	19,74	0	95,30	0	0
7	Nova Lima	Município Turístico	Ouro	C. Sabarabuçu	19,70	2,33	91,60	0	11,65
8	Tiradentes	Município Turístico	Trilha dos Inconfidentes	C. Velho	19,58	132,46	21,80	0	12,04
9	Itamonte	Município Turístico	Terras Altas da Mantiqueira	C. Velho	18,83	0	81,70	0	46,32
10	Itabira	Oferta Complementar	Ouro	C. Diamantes	18,78	0,80	89,90	0	1,60
11	Raposos	Oferta Complementar	Ouro	C. Sabarabuçu	13,97	13,85	54,60	0	27,69
12	Santana do Riacho	Município Turístico	Serra do Cipó	C. Diamantes	13,82	0	66,70	1,48	0
13	Baependi	Oferta Complementar	Águas	C. Velho	13,08	0	60,30	0	14,66
14	Passa Quatro	Município Turístico	Águas	C. Velho	11,16	0	44,60	0	46,89
15	Santa Bárbara	Município Turístico	Ouro	C. Diamantes	10,90	4,38	49,70	0	2,92
16	Itabirito	Município Turístico	Ouro	C. Sabarabuçu	10,89	1,84	50,90	0	3,68
17	Ouro Preto	Município Turístico	Ouro	C. Diamantes | C. Sabarabuçu | C. Velho	8,83	37,72	21,60	0	4,82
18	Santa Cruz de Minas	Oferta Complementar	Trilha dos Inconfidentes	C. Velho	8,53	0	41,20	0	0
19	Santo Antônio do Itambé	Apoio ao Turismo	Diamantes	C. Diamantes	7,98	0	38,50	0	0
20	Serra Azul de Minas	Oferta Complementar	Diamantes	C. Diamantes	7,97	0	38,50	0	0
21	São Gonçalo do Rio Preto	Oferta Complementar	Diamantes	C. Diamantes	7,96	0	37,70	6,36	3,18
22	Catas Altas	Município Turístico	Ouro	C. Diamantes	7,91	8,33	30,90	37,49	12,50
23	Pouso Alto	Oferta Complementar	Terras Altas da Mantiqueira	C. Velho	7,80	0	20,40	0	87,44
24	Aiuruoca	Oferta Complementar	Terras Altas da Mantiqueira	C. Velho	7,75	0	35	0	12,31
25	Serro	Oferta Complementar	Diamantes	C. Diamantes	7,50	4,11	33,50	0	2,46
26	Sabará	Oferta Complementar	Ouro	C. Sabarabuçu	7,37	62,82	1,60	0	3,31
27	Itanhandu	Município Turístico	Terras Altas da Mantiqueira	C. Velho	7,02	0	21,50	0	62,78
28	Morro do Pilar	Oferta Complementar	Serra do Cipó	C. Diamantes	6,79	0	32,80	0	0

Identificação		MTur		Estrada Real	Score Agregado (MTur)	Recursos Culturais e Naturais: Subcampos (MTur/SISMAPA)			
Nº	Município / Distrito	Categoria MTur	Região Turística MTur	Caminho(s)	Score RCN	Densidade Patrimônio Cultural	Área de Conservação	Densidade de Praias	Densidade de Montanhas
29	Jaboticatubas	Município Turístico	Serra do Cipó	C. Diamantes	6,72	0	32,30	0	0,90
30	Nova União	Oferta Complementar	Serra do Cipó	C. Diamantes	6,57	0	31,70	0	0
31	Ouro Branco	Município Turístico	Ouro	C. Novo	6,52	7,73	27,40	0	0
32	Virgínia	Apoio ao Turismo	Caminhos da Mantiqueira	C. Velho	5,67	0	25	0	12,25
33	Mariana	Município Turístico	Ouro	C. Diamantes	3,50	18,42	4	0	15,91
34	Caeté	Município Turístico	Ouro	C. Sabarabuçu	2,72	9,22	7,80	0	1,84
35	Pedralva	Oferta Complementar	Caminhos da Mantiqueira	C. Velho	2,62	0	0	0	64,22
36	Diamantina	Município Turístico	Diamantes	C. Diamantes	2,59	3,60	10,40	0	1,03
37	Conceição do Mato Dentro	Município Turístico	Serra do Cipó	C. Diamantes	2,15	2,91	8,90	0	0
38	Chiador	Oferta Complementar	Caminhos Verdes de Minas	C. Novo	2,11	0	0,10	0	51,41
39	Prados	Oferta Complementar	Trilha dos Inconfidentes	C. Velho	2,05	7,57	5,90	0	0
40	Congonhas	Oferta Complementar	Ouro	C. Novo | C. Velho	1,93	13,15	1,70	0	3,29
41	Dom Viçoso	Oferta Complementar	Águas	C. Velho	1,79	0	0	0	43,89
42	Maria da Fé	Oferta Complementar	Caminhos da Mantiqueira	C. Velho	1,61	0	0	0	39,43
43	Coronel Xavier Chaves	Oferta Complementar	Trilha dos Inconfidentes	C. Velho	1,50	0	7,30	0	0
44	Olaria	Oferta Complementar	Serras de Ibitipoca	C. Novo	1,44	0	6,90	0	0
45	Barão de Cocais	Oferta Complementar	Ouro	C. Diamantes	1,31	8,82	1,10	0	2,94
46	Caxambu	Município Turístico	Águas	C. Velho	1,28	0	4,20	0	9,95
47	Cristina	Oferta Complementar	Caminhos da Mantiqueira	C. Velho	1,18	0	0	0	28,91
48	Lambari	Oferta Complementar	Águas	C. Velho	1,17	0	1	0	23,46
49	Felício dos Santos	Apoio ao Turismo	Diamantes	C. Diamantes	1,16	0	4	0	8,39
50	Carrancas	Oferta Complementar	Trilha dos Inconfidentes	C. Velho	1,13	0	0	0	27,48
51	Bom Jesus do Amparo	Oferta Complementar	—	C. Diamantes	0,95	5,11	0,90	0	5,11
52	Conceição do Rio Verde	Oferta Complementar	Águas	C. Velho	0,88	0	0	0	21,64
53	Itaverava	Oferta Complementar	Villas e Fazendas de Minas	C. Novo	0,82	7,04	0,20	0	0
54	Jesuânia	Oferta Complementar	Águas	C. Velho	0,80	0	0	0	19,50
55	Olímpio Noronha	Apoio ao Turismo	Águas	C. Velho	0,75	0	0	0	18,30
56	Matias Barbosa	Município Turístico	Caminho Novo	C. Novo	0,70	6,37	0	0	0
57	São Lourenço	Município Turístico	Águas	C. Velho	0,69	0	0	327,48	0
58	Barbacena	Município Turístico	Trilha dos Inconfidentes	C. Novo	0,68	5,27	0,50	0	0
59	Santos Dumont	Município Turístico	Caminho Novo	C. Novo	0,68	1,57	2,50	0	0
60	Guanhães	Oferta Complementar	Trilhas do Rio Doce	C. Diamantes	0,67	0	3,10	0	0,93
61	Cambuquira	Oferta Complementar	Águas	C. Velho	0,66	0	0	0	16,24
62	São João del-Rei	Município Turístico	Trilha dos Inconfidentes	—	0,63	4,82	0,20	0	1,38
63	Jeceaba	Oferta Complementar	Veredas	C. Velho	0,56	0	1,90	0	4,23
64	São Gonçalo do Rio Abaixo	Oferta Complementar	—	C. Diamantes	0,53	0	1,50	0	5,50
65	Lima Duarte	Oferta Complementar	Serras de Ibitipoca	C. Novo	0,45	0	1,30	0	4,71
66	São Sebastião do Rio Verde	Oferta Complementar	Terras Altas da Mantiqueira	C. Velho	0,45	0	0	0	11,01
67	Soledade de Minas	Oferta Complementar	Águas	C. Velho	0,43	0	0,10	0	10,16

Identificação		MTur		Estrada Real	Score Agregado (MTur)	Recursos Culturais e Naturais: Subcampos (MTur/SISMAPA)			
Nº	Município / Distrito	Categoria MTur	Região Turística MTur	Caminho(s)	Score RCN	Densidade Patrimônio Cultural	Área de Conservação	Densidade de Praias	Densidade de Montanhas
68	Juiz de Fora	Município Turístico	Caminho Novo	C. Novo	0,42	2,79	0,30	0	1,39
69	Ritápolis	Oferta Complementar	Trilha dos Inconfidentes	C. Velho	0,41	2,47	0,20	0	2,47
70	Carmo de Minas	Oferta Complementar	Águas	C. Velho	0,39	0	0,10	0	9,31
71	Piedade do Rio Grande	Oferta Complementar	Trilha dos Inconfidentes	C. Velho	0,38	0	0	0	9,29
72	Cristiano Otoni	Oferta Complementar	Villas e Fazendas de Minas	C. Novo	0,31	0	0	0	7,53
73	Santo Antônio do Rio Abaixo	Oferta Complementar	Trilhas do Rio Doce	C. Diamantes	0,31	0	0	149,16	0
74	Belo Vale	Oferta Complementar	Veredas	C. Velho	0,30	2,73	0	0	0
75	Alvorada de Minas	Oferta Complementar	Diamantes	C. Diamantes	0,29	2,67	0	0	0
76	Queluzito	Oferta Complementar	Villas e Fazendas de Minas	C. Novo	0,27	0	0	0	6,51
77	Datas	Apoio ao Turismo	Diamantes	C. Diamantes	0,26	0	0	0	6,45
78	Três Corações	Município Turístico	Águas	C. Velho	0,25	0	0	0	6,04
79	Ponte Nova	Oferta Complementar	Montanhas e Fé	C. Diamantes	0,24	0	1,10	0	0
80	São Thomé das Letras	Município Turístico	Região Encantos de Minas	C. Velho	0,23	0	0	0	5,41
81	Desterro de Entre Rios	Apoio ao Turismo	Campo das Vertentes	C. Velho	0,22	0	0	0	5,30
82	Antônio Carlos	Oferta Complementar	Trilha dos Inconfidentes	C. Novo	0,21	1,89	0	0	0
83	São Vicente de Minas	Oferta Complementar	Trilha dos Inconfidentes	C. Velho	0,21	0	0	0	5,09
84	Minduri	Oferta Complementar	Montanhas Mágicas da Mantiqueira	C. Velho	0,19	0	0	0	4,55
85	Resende Costa	Oferta Complementar	Trilha dos Inconfidentes	C. Velho	0,18	1,62	0	0	0
86	Piranga	Oferta Complementar	Villas e Fazendas de Minas	C. Novo	0,17	1,52	0	0	0
87	Cruzília	Oferta Complementar	Águas	C. Velho	0,16	0	0	0	3,83
88	Bias Fortes	Oferta Complementar	Serras de Ibitipoca	C. Novo	0,14	0	0	0	3,53
89	Gouveia	Oferta Complementar	Diamantes	C. Diamantes	0,14	0	0	0	3,46
90	Andrelândia	Oferta Complementar	Montanhas Mágicas da Mantiqueira	C. Velho	0,12	0	0	0	2,98
91	Entre Rios de Minas	Oferta Complementar	Trilha dos Inconfidentes	C. Velho	0,09	0	0	0	2,19
92	João Monlevade	Município Turístico	Montanhas e Fé	C. Diamantes	0,09	0	0,40	0	0
93	Santo Hipólito	Oferta Complementar	Guimarães Rosa	C. Diamantes	0,09	0	0	0	2,32
94	Dores de Guanhães	Oferta Complementar	Trilhas do Rio Doce	C. Diamantes	0,06	0	0,30	0	0
95	Monjolos	Apoio ao Turismo	Serra do Cabral	C. Diamantes	0,06	0	0	0	1,54
96	São Sebastião do Rio Preto	Oferta Complementar	Trilhas do Rio Doce	C. Diamantes	0,06	0	0,30	0	0
97	Alfredo Vasconcelos	Oferta Complementar	Trilha dos Inconfidentes	C. Novo	0,01	0	0,10	0	0
98	Acaiaca	Oferta Complementar	Serras de Minas	C. Diamantes	0	0	0	0	0
99	Alto Rio Doce	Oferta Complementar	Nascente do Rio Doce	C. Novo	0	0	0	1,93	0
100	Barroso	Município Turístico	Trilha dos Inconfidentes	C. Velho	0	0	0	0	0
101	Belmiro Braga	Apoio ao Turismo	Caminho Novo	C. Novo	0	0	0	0	0
102	Capela Nova	Apoio ao Turismo	Villas e Fazendas de Minas	C. Novo	0	0	0	0	0
103	Caranaíba	Oferta Complementar	Villas e Fazendas de Minas	C. Novo	0	0	0	0	0
104	Carandaí	Oferta Complementar	Trilha dos Inconfidentes	C. Novo	0	0	0	0	0
105	Casa Grande	Oferta Complementar	Villas e Fazendas de Minas	C. Velho	0	0	0	0	0
106	Catas Altas da Noruega	Oferta Complementar	Villas e Fazendas de Minas	C. Novo	0	0	0	0	0

Identificação		MTur		Estrada Real	Score Agregado (MTur)	Recursos Culturais e Naturais: Subcampos (MTur/SISMAPA)			
Nº	Município / Distrito	Categoria MTur	Região Turística MTur	Caminho(s)	Score RCN	Densidade Patrimônio Cultural	Área de Conservação	Densidade de Praias	Densidade de Montanhas
107	Chácara	Oferta Complementar	Caminhos Verdes de Minas	C. Novo	0	0	0	0	0
108	Cipotânea	Oferta Complementar	Nascente do Rio Doce	C. Novo	0	0	0	0	0
109	Conceição da Barra de Minas	Oferta Complementar	Trilha dos Inconfidentes	C. Velho	0	0	0	0	0
110	Conselheiro Lafaiete	Município Turístico	Villas e Fazendas de Minas	C. Novo	0	0	0	0	0
111	Desterro do Melo	Oferta Complementar	Trilha dos Inconfidentes	C. Novo	0	0	0	0	0
112	Diogo de Vasconcelos	Oferta Complementar	Montanhas e Fé	C. Novo	0	0	0	0	0
113	Dom Joaquim	Oferta Complementar	Trilhas do Rio Doce	C. Diamantes	0	0	0	0	0
114	Dores de Campos	Oferta Complementar	Trilha dos Inconfidentes	C. Velho	0	0	0	0	0
115	Ibertioga	Apoio ao Turismo	Serras de Ibitipoca	C. Novo	0	0	0	0	0
116	Ibituruna	Oferta Complementar	Trilha dos Inconfidentes	C. Velho	0	0	0	0	0
117	Itutinga	Oferta Complementar	Trilha dos Inconfidentes	C. Velho	0	0	0	0	0
118	Lagoa Dourada	Oferta Complementar	Trilha dos Inconfidentes	C. Velho	0	0	0	0	0
119	Lamim	Oferta Complementar	Villas e Fazendas de Minas	C. Novo	0	0	0	0	0
120	Madre de Deus de Minas	Oferta Complementar	Trilha dos Inconfidentes	C. Velho	0	0	0	0	0
121	Mercês	Apoio ao Turismo	Caminho Novo	C. Novo	0	0	0	0	0
122	Nazareno	Oferta Complementar	Trilha dos Inconfidentes	C. Velho	0	0	0	0	0
123	Passa Tempo	Oferta Complementar	Região Encantos de Minas	C. Velho	0	0	0	0	0
124	Pedro Teixeira	Apoio ao Turismo	Serras de Ibitipoca	C. Novo	0	0	0	0	0
125	Pequeri	Oferta Complementar	Caminhos Verdes de Minas	C. Novo	0	0	0	0	0
126	Piau	Oferta Complementar	Caminhos Verdes de Minas	C. Novo	0	0	0	0	0
127	Presidente Bernardes	Oferta Complementar	Nascente do Rio Doce	C. Novo	0	0	0	0	0
128	Presidente Kubitschek	Oferta Complementar	Diamantes	C. Diamantes	0	0	0	0	0
129	Ressaquinha	Oferta Complementar	Nascente do Rio Doce	C. Novo	0	0	0	0	0
130	Rio Espera	Oferta Complementar	Villas e Fazendas de Minas	C. Novo	0	0	0	0	0
131	Rio Piracicaba	Oferta Complementar	Mata Atlântica de Minas	C. Diamantes	0	0	0	0	0
132	Rio Pomba	Município Turístico	Caminhos Verdes de Minas	C. Novo	0	0	0	0	0
133	Sabinópolis	Oferta Complementar	Trilhas do Rio Doce	C. Diamantes	0	0	0	0	0
134	Santa Bárbara do Tugúrio	Oferta Complementar	Trilha dos Inconfidentes	C. Novo	0	0	0	0	0
135	Santa Rita de Ibitipoca	Oferta Complementar	Serras de Ibitipoca	C. Novo	0	0	0	0	0
136	Santana de Pirapama	Apoio ao Turismo	Grutas	C. Diamantes	0	0	0	0	0
137	Santana do Garambéu	Oferta Complementar	Serras de Ibitipoca	C. Novo	0	0	0	0	0
138	Santana dos Montes	Oferta Complementar	Villas e Fazendas de Minas	C. Novo	0	0	0	0	0
139	Senhora de Oliveira	Oferta Complementar	Villas e Fazendas de Minas	C. Novo	0	0	0	0	0
140	Senhora do Porto	Oferta Complementar	Trilhas do Rio Doce	C. Diamantes	0	0	0	0	0
141	Senhora dos Remédios	Oferta Complementar	Nascente do Rio Doce	C. Novo	0	0	0	0	0
142	Serranos	Oferta Complementar	Terras Altas da Mantiqueira	C. Velho	0	0	0	0	0
143	Simão Pereira	Município Turístico	Caminho Novo	C. Novo	0	0	0	0	0
144	São Brás do Suaçuí	Oferta Complementar	Veredas	C. Velho	0	0	0	0	0
145	São Tiago	Oferta Complementar	Trilha dos Inconfidentes	C. Velho	0	0	0	0	0

Identificação		MTur		Estrada Real	Score Agregado (MTur)	Recursos Culturais e Naturais: Subcampos (MTur/SISMAPA)			
Nº	Município / Distrito	Categoria MTur	Região Turística MTur	Caminho(s)	Score RCN	Densidade Patrimônio Cultural	Área de Conservação	Densidade de Praias	Densidade de Montanhas
146	Alvinópolis	—	—	C. Diamantes	—	—	—	—	—
147	Bela Vista de Minas	—	—	C. Diamantes	—	—	—	—	—
148	Cachoeira do Campo (distrito de Ouro Preto)	—	—	C. Velho	—	—	—	—	—
149	Carmésia	—	—	C. Diamantes	—	—	—	—	—
150	Congonhas do Norte	—	—	C. Diamantes	—	—	—	—	—
151	Coronel Pacheco	—	—	C. Novo	—	—	—	—	—
152	Couto Magalhães de Minas	—	—	C. Diamantes	—	—	—	—	—
153	Ewbank da Câmara	—	—	C. Novo	—	—	—	—	—
154	Ferros	—	—	C. Diamantes	—	—	—	—	—
155	Ingaí	—	—	C. Velho	—	—	—	—	—
156	Lavras Novas (distrito de Ouro Preto)	—	—	C. Velho	—	—	—	—	—
157	Milho Verde (distrito de Serro)	—	—	C. Diamantes	—	—	—	—	—
158	Moeda	—	—	C. Velho	—	—	—	—	—
159	Oliveira Fortes	—	—	C. Novo	—	—	—	—	—
160	Paiva	—	—	C. Novo	—	—	—	—	—
161	Passabém	—	—	C. Diamantes	—	—	—	—	—
162	Santa Luzia	—	—	C. Diamantes	—	—	—	—	—
163	Santa Maria de Itabira	—	—	C. Diamantes	—	—	—	—	—
164	Santana do Deserto	—	—	C. Novo	—	—	—	—	—
165	Santo Antônio do Leite (distrito de Ouro Preto)	—	—	C. Velho	—	—	—	—	—
166	São Bartolomeu (distrito de Ouro Preto)	—	—	C. Velho	—	—	—	—	—
167	São Gonçalo do Rio das Pedras (distrito de Serro)	—	—	C. Diamantes	—	—	—	—	—
168	Taquaraçu de Minas	—	—	C. Diamantes	—	—	—	—	—

APÊNDICE C – E-MAIL DO IPEA SOBRE METODOLOGIA DA DIMENSÃO RECURSOS CULTURAIS E NATURAIS

De: Carlos Wagner de Albuquerque Oliveira <carlos.wagner@ipea.gov.br>

Data: 23 de abril de 2026, às 11h32

Para: Sandra Kalmus <sankalmus@gmail.com>

Assunto: categorização das cidades turísticas - dúvidas

Sandra, bom dia!

Desculpe-me pela demora em lhe responder. Por motivos fora do meu controle, eu estive ausente do trabalho por uns dias. Quanto à metodologia para a elaboração dos indicadores, estou anexando a esta mensagem um relatório que foi entregue ao Ministério do Turismo. Como você poderá observar no relatório, a composição dos indicadores envolve um conjunto de variáveis com pesos específicos, calculados, em um primeiro momento, por meio de análise multivariada.

Quanto à base de dados usada para a elaboração dos indicadores, ela se encontra com o Ministério do Turismo; e você pode solicitar essa base a eles. Eu defendo que essa base seja publicada.

Sinceramente, agradeço pelos seus comentários, pois ainda temos muito espaço para aprimorar.

Fique à vontade para fazer contato quando precisar.

Um forte abraço, Carlos Wagner.

Anexo citado no e-mail: indicadores da dimensão Recursos Culturais e Naturais

Densidade de Patrimônios Culturais (por mil Km²): período 2024, fonte OpenStreetMap

Área de Conservação Ambiental (%): período 2019, fonte MMA/ICMBio

Densidade de praias (por mil Km²): período 2024, fonte OpenStreetMap

Densidade de montanhas/picos (por mil Km²): período 2024, fonte OpenStreetMap

APÊNDICE D – BASE DE DADOS COMPLETA DOS MUNICÍPIOS MINEIROS DA ESTRADA REAL POR RECURSOS CULTURAIS E NATURAIS

Fonte: elaboração própria a partir de MTur, Relatório de Categorização Detalhado, e MTur/SISMAPA, Relatórios Individuais de Categorização. Municípios sem categoria (—) destacados em salmão.

Identificação		MTur		Estrada Real	Score Agregado (MTur)	Recursos Culturais e Naturais: Subcampos (MTur/SISMAPA)			
Nº	Município / Distrito	Categoria MTur	Região Turística MTur	Caminho(s)	Score RCN	Densidade Patrimônio Cultural	Área de Conservação	Densidade de Praias	Densidade de Montanhas
1	Acaiaca	Oferta Complementar	Serras de Minas	C. Diamantes	0	0	0	0	0
2	Aiuruoca	Oferta Complementar	Terras Altas da Mantiqueira	C. Velho	7,75	0	35	0	12,31
3	Alagoa	Oferta Complementar	Terras Altas da Mantiqueira	C. Velho	21,98	0	100	0	30,99
4	Alfredo Vasconcelos	Oferta Complementar	Trilha dos Inconfidentes	C. Novo	0,01	0	0,10	0	0
5	Alto Rio Doce	Oferta Complementar	Nascente do Rio Doce	C. Novo	0	0	0	1,93	0
6	Alvinópolis	—	—	C. Diamantes	—	—	—	—	—
7	Alvorada de Minas	Oferta Complementar	Diamantes	C. Diamantes	0,29	2,67	0	0	0
8	Andrelândia	Oferta Complementar	Montanhas Mágicas da Mantiqueira	C. Velho	0,12	0	0	0	2,98
9	Antônio Carlos	Oferta Complementar	Trilha dos Inconfidentes	C. Novo	0,21	1,89	0	0	0
10	Baependi	Oferta Complementar	Águas	C. Velho	13,08	0	60,30	0	14,66
11	Barbacena	Município Turístico	Trilha dos Inconfidentes	C. Novo	0,68	5,27	0,50	0	0
12	Barroso	Município Turístico	Trilha dos Inconfidentes	C. Velho	0	0	0	0	0
13	Barão de Cocais	Oferta Complementar	Ouro	C. Diamantes	1,31	8,82	1,10	0	2,94
14	Bela Vista de Minas	—	—	C. Diamantes	—	—	—	—	—
15	Belmiro Braga	Apoio ao Turismo	Caminho Novo	C. Novo	0	0	0	0	0
16	Belo Vale	Oferta Complementar	Veredas	C. Velho	0,30	2,73	0	0	0
17	Bias Fortes	Oferta Complementar	Serras de Ibitipoca	C. Novo	0,14	0	0	0	3,53
18	Bom Jesus do Amparo	Oferta Complementar	—	C. Diamantes	0,95	5,11	0,90	0	5,11
19	Cachoeira do Campo (distrito de Ouro Preto)	—	—	C. Velho	—	—	—	—	—
20	Caeté	Município Turístico	Ouro	C. Sabarabuçu	2,72	9,22	7,80	0	1,84
21	Cambuquira	Oferta Complementar	Águas	C. Velho	0,66	0	0	0	16,24
22	Capela Nova	Apoio ao Turismo	Villas e Fazendas de Minas	C. Novo	0	0	0	0	0
23	Caranaíba	Oferta Complementar	Villas e Fazendas de Minas	C. Novo	0	0	0	0	0
24	Carandaí	Oferta Complementar	Trilha dos Inconfidentes	C. Novo	0	0	0	0	0
25	Carmo de Minas	Oferta Complementar	Águas	C. Velho	0,39	0	0,10	0	9,31
26	Carmésia	—	—	C. Diamantes	—	—	—	—	—
27	Carrancas	Oferta Complementar	Trilha dos Inconfidentes	C. Velho	1,13	0	0	0	27,48
28	Casa Grande	Oferta Complementar	Villas e Fazendas de Minas	C. Velho	0	0	0	0	0
29	Catas Altas	Município Turístico	Ouro	C. Diamantes	7,91	8,33	30,90	37,49	12,50
30	Catas Altas da Noruega	Oferta Complementar	Villas e Fazendas de Minas	C. Novo	0	0	0	0	0
31	Caxambu	Município Turístico	Águas	C. Velho	1,28	0	4,20	0	9,95

Identificação		MTur		Estrada Real	Score Agregado (MTur)	Recursos Culturais e Naturais: Subcampos (MTur/SISMAPA)			
Nº	Município / Distrito	Categoria MTur	Região Turística MTur	Caminho(s)	Score RCN	Densidade Patrimônio Cultural	Área de Conservação	Densidade de Praias	Densidade de Montanhas
32	Chiador	Oferta Complementar	Caminhos Verdes de Minas	C. Novo	2,11	0	0,10	0	51,41
33	Chácara	Oferta Complementar	Caminhos Verdes de Minas	C. Novo	0	0	0	0	0
34	Cipotânea	Oferta Complementar	Nascente do Rio Doce	C. Novo	0	0	0	0	0
35	Conceição da Barra de Minas	Oferta Complementar	Trilha dos Inconfidentes	C. Velho	0	0	0	0	0
36	Conceição do Mato Dentro	Município Turístico	Serra do Cipó	C. Diamantes	2,15	2,91	8,90	0	0
37	Conceição do Rio Verde	Oferta Complementar	Águas	C. Velho	0,88	0	0	0	21,64
38	Congonhas	Oferta Complementar	Ouro	C. Novo | C. Velho	1,93	13,15	1,70	0	3,29
39	Congonhas do Norte	—	—	C. Diamantes	—	—	—	—	—
40	Conselheiro Lafaiete	Município Turístico	Villas e Fazendas de Minas	C. Novo	0	0	0	0	0
41	Coronel Pacheco	—	—	C. Novo	—	—	—	—	—
42	Coronel Xavier Chaves	Oferta Complementar	Trilha dos Inconfidentes	C. Velho	1,50	0	7,30	0	0
43	Couto Magalhães de Minas	—	—	C. Diamantes	—	—	—	—	—
44	Cristiano Otoni	Oferta Complementar	Villas e Fazendas de Minas	C. Novo	0,31	0	0	0	7,53
45	Cristina	Oferta Complementar	Caminhos da Mantiqueira	C. Velho	1,18	0	0	0	28,91
46	Cruzília	Oferta Complementar	Águas	C. Velho	0,16	0	0	0	3,83
47	Datas	Apoio ao Turismo	Diamantes	C. Diamantes	0,26	0	0	0	6,45
48	Delfim Moreira	Oferta Complementar	Caminhos da Mantiqueira	C. Velho	21,70	0	99,40	0	26,93
49	Desterro de Entre Rios	Apoio ao Turismo	Campo das Vertentes	C. Velho	0,22	0	0	0	5,30
50	Desterro do Melo	Oferta Complementar	Trilha dos Inconfidentes	C. Novo	0	0	0	0	0
51	Diamantina	Município Turístico	Diamantes	C. Diamantes	2,59	3,60	10,40	0	1,03
52	Diogo de Vasconcelos	Oferta Complementar	Montanhas e Fé	C. Novo	0	0	0	0	0
53	Dom Joaquim	Oferta Complementar	Trilhas do Rio Doce	C. Diamantes	0	0	0	0	0
54	Dom Viçoso	Oferta Complementar	Águas	C. Velho	1,79	0	0	0	43,89
55	Dores de Campos	Oferta Complementar	Trilha dos Inconfidentes	C. Velho	0	0	0	0	0
56	Dores de Guanhães	Oferta Complementar	Trilhas do Rio Doce	C. Diamantes	0,06	0	0,30	0	0
57	Entre Rios de Minas	Oferta Complementar	Trilha dos Inconfidentes	C. Velho	0,09	0	0	0	2,19
58	Ewbank da Câmara	—	—	C. Novo	—	—	—	—	—
59	Felício dos Santos	Apoio ao Turismo	Diamantes	C. Diamantes	1,16	0	4	0	8,39
60	Ferros	—	—	C. Diamantes	—	—	—	—	—
61	Gouveia	Oferta Complementar	Diamantes	C. Diamantes	0,14	0	0	0	3,46
62	Guanhães	Oferta Complementar	Trilhas do Rio Doce	C. Diamantes	0,67	0	3,10	0	0,93
63	Ibertioga	Apoio ao Turismo	Serras de Ibitipoca	C. Novo	0	0	0	0	0
64	Ibituruna	Oferta Complementar	Trilha dos Inconfidentes	C. Velho	0	0	0	0	0
65	Ingaí	—	—	C. Velho	—	—	—	—	—
66	Itabira	Oferta Complementar	Ouro	C. Diamantes	18,78	0,80	89,90	0	1,60
67	Itabirito	Município Turístico	Ouro	C. Sabarabuçu	10,89	1,84	50,90	0	3,68
68	Itambé do Mato Dentro	Oferta Complementar	Serra do Cipó	C. Diamantes	19,74	0	95,30	0	0
69	Itamonte	Município Turístico	Terras Altas da Mantiqueira	C. Velho	18,83	0	81,70	0	46,32

Identificação		MTur		Estrada Real	Score Agregado (MTur)	Recursos Culturais e Naturais: Subcampos (MTur/SISMAPA)			
Nº	Município / Distrito	Categoria MTur	Região Turística MTur	Caminho(s)	Score RCN	Densidade Patrimônio Cultural	Área de Conservação	Densidade de Praias	Densidade de Montanhas
70	Itanhandu	Município Turístico	Terras Altas da Mantiqueira	C. Velho	7,02	0	21,50	0	62,78
71	Itaverava	Oferta Complementar	Villas e Fazendas de Minas	C. Novo	0,82	7,04	0,20	0	0
72	Itutinga	Oferta Complementar	Trilha dos Inconfidentes	C. Velho	0	0	0	0	0
73	Jaboticatubas	Município Turístico	Serra do Cipó	C. Diamantes	6,72	0	32,30	0	0,90
74	Jeceaba	Oferta Complementar	Veredas	C. Velho	0,56	0	1,90	0	4,23
75	Jesuânia	Oferta Complementar	Águas	C. Velho	0,80	0	0	0	19,50
76	João Monlevade	Município Turístico	Montanhas e Fé	C. Diamantes	0,09	0	0,40	0	0
77	Juiz de Fora	Município Turístico	Caminho Novo	C. Novo	0,42	2,79	0,30	0	1,39
78	Lagoa Dourada	Oferta Complementar	Trilha dos Inconfidentes	C. Velho	0	0	0	0	0
79	Lambari	Oferta Complementar	Águas	C. Velho	1,17	0	1	0	23,46
80	Lamim	Oferta Complementar	Villas e Fazendas de Minas	C. Novo	0	0	0	0	0
81	Lavras Novas (distrito de Ouro Preto)	—	—	C. Velho	—	—	—	—	—
82	Lima Duarte	Oferta Complementar	Serras de Ibitipoca	C. Novo	0,45	0	1,30	0	4,71
83	Madre de Deus de Minas	Oferta Complementar	Trilha dos Inconfidentes	C. Velho	0	0	0	0	0
84	Maria da Fé	Oferta Complementar	Caminhos da Mantiqueira	C. Velho	1,61	0	0	0	39,43
85	Mariana	Município Turístico	Ouro	C. Diamantes	3,50	18,42	4	0	15,91
86	Marmelópolis	Oferta Complementar	Caminhos da Mantiqueira	C. Velho	21,48	0	100	0	18,54
87	Matias Barbosa	Município Turístico	Caminho Novo	C. Novo	0,70	6,37	0	0	0
88	Mercês	Apoio ao Turismo	Caminho Novo	C. Novo	0	0	0	0	0
89	Milho Verde (distrito de Serro)	—	—	C. Diamantes	—	—	—	—	—
90	Minduri	Oferta Complementar	Montanhas Mágicas da Mantiqueira	C. Velho	0,19	0	0	0	4,55
91	Moeda	—	—	C. Velho	—	—	—	—	—
92	Monjolos	Apoio ao Turismo	Serra do Cabral	C. Diamantes	0,06	0	0	0	1,54
93	Morro do Pilar	Oferta Complementar	Serra do Cipó	C. Diamantes	6,79	0	32,80	0	0
94	Nazareno	Oferta Complementar	Trilha dos Inconfidentes	C. Velho	0	0	0	0	0
95	Nova Lima	Município Turístico	Ouro	C. Sabarabuçu	19,70	2,33	91,60	0	11,65
96	Nova União	Oferta Complementar	Serra do Cipó	C. Diamantes	6,57	0	31,70	0	0
97	Olaria	Oferta Complementar	Serras de Ibitipoca	C. Novo	1,44	0	6,90	0	0
98	Oliveira Fortes	—	—	C. Novo	—	—	—	—	—
99	Olímpio Noronha	Apoio ao Turismo	Águas	C. Velho	0,75	0	0	0	18,30
100	Ouro Branco	Município Turístico	Ouro	C. Novo	6,52	7,73	27,40	0	0
101	Ouro Preto	Município Turístico	Ouro	C. Diamantes | C. Sabarabuçu | C. Velho	8,83	37,72	21,60	0	4,82
102	Paiva	—	—	C. Novo	—	—	—	—	—
103	Passa Quatro	Município Turístico	Águas	C. Velho	11,16	0	44,60	0	46,89
104	Passa Tempo	Oferta Complementar	Região Encantos de Minas	C. Velho	0	0	0	0	0
105	Passabém	—	—	C. Diamantes	—	—	—	—	—
106	Pedralva	Oferta Complementar	Caminhos da Mantiqueira	C. Velho	2,62	0	0	0	64,22

Identificação		MTur		Estrada Real	Score Agregado (MTur)	Recursos Culturais e Naturais: Subcampos (MTur/SISMAPA)			
Nº	Município / Distrito	Categoria MTur	Região Turística MTur	Caminho(s)	Score RCN	Densidade Patrimônio Cultural	Área de Conservação	Densidade de Praias	Densidade de Montanhas
107	Pedro Teixeira	Apoio ao Turismo	Serras de Ibitipoca	C. Novo	0	0	0	0	0
108	Pequeri	Oferta Complementar	Caminhos Verdes de Minas	C. Novo	0	0	0	0	0
109	Piau	Oferta Complementar	Caminhos Verdes de Minas	C. Novo	0	0	0	0	0
110	Piedade do Rio Grande	Oferta Complementar	Trilha dos Inconfidentes	C. Velho	0,38	0	0	0	9,29
111	Piranga	Oferta Complementar	Villas e Fazendas de Minas	C. Novo	0,17	1,52	0	0	0
112	Ponte Nova	Oferta Complementar	Montanhas e Fé	C. Diamantes	0,24	0	1,10	0	0
113	Pouso Alto	Oferta Complementar	Terras Altas da Mantiqueira	C. Velho	7,80	0	20,40	0	87,44
114	Prados	Oferta Complementar	Trilha dos Inconfidentes	C. Velho	2,05	7,57	5,90	0	0
115	Presidente Bernardes	Oferta Complementar	Nascente do Rio Doce	C. Novo	0	0	0	0	0
116	Presidente Kubitschek	Oferta Complementar	Diamantes	C. Diamantes	0	0	0	0	0
117	Queluzito	Oferta Complementar	Villas e Fazendas de Minas	C. Novo	0,27	0	0	0	6,51
118	Raposos	Oferta Complementar	Ouro	C. Sabarabuçu	13,97	13,85	54,60	0	27,69
119	Resende Costa	Oferta Complementar	Trilha dos Inconfidentes	C. Velho	0,18	1,62	0	0	0
120	Ressaquinha	Oferta Complementar	Nascente do Rio Doce	C. Novo	0	0	0	0	0
121	Rio Acima	Oferta Complementar	Ouro	C. Novo | C. Sabarabuçu	20,90	0	100	0	4,38
122	Rio Espera	Oferta Complementar	Villas e Fazendas de Minas	C. Novo	0	0	0	0	0
123	Rio Piracicaba	Oferta Complementar	Mata Atlântica de Minas	C. Diamantes	0	0	0	0	0
124	Rio Pomba	Município Turístico	Caminhos Verdes de Minas	C. Novo	0	0	0	0	0
125	Ritápolis	Oferta Complementar	Trilha dos Inconfidentes	C. Velho	0,41	2,47	0,20	0	2,47
126	Sabará	Oferta Complementar	Ouro	C. Sabarabuçu	7,37	62,82	1,60	0	3,31
127	Sabinópolis	Oferta Complementar	Trilhas do Rio Doce	C. Diamantes	0	0	0	0	0
128	Santa Bárbara	Município Turístico	Ouro	C. Diamantes	10,90	4,38	49,70	0	2,92
129	Santa Bárbara do Tugúrio	Oferta Complementar	Trilha dos Inconfidentes	C. Novo	0	0	0	0	0
130	Santa Cruz de Minas	Oferta Complementar	Trilha dos Inconfidentes	C. Velho	8,53	0	41,20	0	0
131	Santa Luzia	—	—	C. Diamantes	—	—	—	—	—
132	Santa Maria de Itabira	—	—	C. Diamantes	—	—	—	—	—
133	Santa Rita de Ibitipoca	Oferta Complementar	Serras de Ibitipoca	C. Novo	0	0	0	0	0
134	Santana de Pirapama	Apoio ao Turismo	Grutas	C. Diamantes	0	0	0	0	0
135	Santana do Deserto	—	—	C. Novo	—	—	—	—	—
136	Santana do Garambéu	Oferta Complementar	Serras de Ibitipoca	C. Novo	0	0	0	0	0
137	Santana do Riacho	Município Turístico	Serra do Cipó	C. Diamantes	13,82	0	66,70	1,48	0
138	Santana dos Montes	Oferta Complementar	Villas e Fazendas de Minas	C. Novo	0	0	0	0	0
139	Santo Antônio do Itambé	Apoio ao Turismo	Diamantes	C. Diamantes	7,98	0	38,50	0	0
140	Santo Antônio do Leite (distrito de Ouro Preto)	—	—	C. Velho	—	—	—	—	—
141	Santo Antônio do Rio Abaixo	Oferta Complementar	Trilhas do Rio Doce	C. Diamantes	0,31	0	0	149,16	0
142	Santo Hipólito	Oferta Complementar	Guimarães Rosa	C. Diamantes	0,09	0	0	0	2,32
143	Santos Dumont	Município Turístico	Caminho Novo	C. Novo	0,68	1,57	2,50	0	0
144	Senhora de Oliveira	Oferta Complementar	Villas e Fazendas de Minas	C. Novo	0	0	0	0	0

Identificação		MTur		Estrada Real	Score Agregado (MTur)	Recursos Culturais e Naturais: Subcampos (MTur/SISMAPA)			
Nº	Município / Distrito	Categoria MTur	Região Turística MTur	Caminho(s)	Score RCN	Densidade Patrimônio Cultural	Área de Conservação	Densidade de Praias	Densidade de Montanhas
145	Senhora do Porto	Oferta Complementar	Trilhas do Rio Doce	C. Diamantes	0	0	0	0	0
146	Senhora dos Remédios	Oferta Complementar	Nascente do Rio Doce	C. Novo	0	0	0	0	0
147	Serra Azul de Minas	Oferta Complementar	Diamantes	C. Diamantes	7,97	0	38,50	0	0
148	Serranos	Oferta Complementar	Terras Altas da Mantiqueira	C. Velho	0	0	0	0	0
149	Serro	Oferta Complementar	Diamantes	C. Diamantes	7,50	4,11	33,50	0	2,46
150	Simão Pereira	Município Turístico	Caminho Novo	C. Novo	0	0	0	0	0
151	Soledade de Minas	Oferta Complementar	Águas	C. Velho	0,43	0	0,10	0	10,16
152	São Bartolomeu (distrito de Ouro Preto)	—	—	C. Velho	—	—	—	—	—
153	São Brás do Suaçuí	Oferta Complementar	Veredas	C. Velho	0	0	0	0	0
154	São Gonçalo do Rio Abaixo	Oferta Complementar	—	C. Diamantes	0,53	0	1,50	0	5,50
155	São Gonçalo do Rio Preto	Oferta Complementar	Diamantes	C. Diamantes	7,96	0	37,70	6,36	3,18
156	São Gonçalo do Rio das Pedras (distrito de Serro)	—	—	C. Diamantes	—	—	—	—	—
157	São João del-Rei	Município Turístico	Trilha dos Inconfidentes	C. Velho	0,63	4,82	0,20	0	1,38
158	São Lourenço	Município Turístico	Águas	C. Velho	0,69	0	0	327,48	0
159	São Sebastião do Rio Preto	Oferta Complementar	Trilhas do Rio Doce	C. Diamantes	0,06	0	0,30	0	0
160	São Sebastião do Rio Verde	Oferta Complementar	Terras Altas da Mantiqueira	C. Velho	0,45	0	0	0	11,01
161	São Thomé das Letras	Município Turístico	Região Encantos de Minas	C. Velho	0,23	0	0	0	5,41
162	São Tiago	Oferta Complementar	Trilha dos Inconfidentes	C. Velho	0	0	0	0	0
163	São Vicente de Minas	Oferta Complementar	Trilha dos Inconfidentes	C. Velho	0,21	0	0	0	5,09
164	Taquaraçu de Minas	—	—	C. Diamantes	—	—	—	—	—
165	Tiradentes	Município Turístico	Trilha dos Inconfidentes	C. Velho	19,58	132,46	21,80	0	12,04
166	Três Corações	Município Turístico	Águas	C. Velho	0,25	0	0	0	6,04
167	Virgínia	Apoio ao Turismo	Caminhos da Mantiqueira	C. Velho	5,67	0	25	0	12,25
168	Wenceslau Braz	Oferta Complementar	Caminhos da Mantiqueira	C. Velho	21,44	0	99,60	0	19,51